

ANTONIO DJALMA SOUSA VASCONCELOS

**ANÁLISE DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO
ESTADO DO PARÁ: UM ESTUDO
SOCIOECONÔMICO DA RELAÇÃO GRAU DE
ENSINO E EMPREGABILIDADE**

**Orientador: Professor Doutor Ricardo Figueiredo Pinto
Co-Orientador: Professora Doutora Maria Isabel Alves Duarte**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa
2015**

ANTONIO DJALMA SOUSA VASCONCELOS

**ANÁLISE DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE NO
ESTADO DO PARÁ: UM ESTUDO
SOCIOECONÔMICO DA RELAÇÃO GRAU DE
ENSINO E EMPREGABILIDADE**

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 05/06//2015, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação nº204/2015, de 06 de Maio, com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor António Augusto Teixeira da Costa

Arguente: Professora Doutora Felipa Cristina Lopes dos Reis

Orientadora: Professora Doutora Maria Isabel Alves Duarte

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
Escola de Ciências Económicas e das Organizações**

**Lisboa
2015**

”Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar.”

Paulo Freire

Dedicatória

Dedico este estudo aos meus Familiares; à minha esposa FÁTIMA, minha filha ALINE com o netinho JOÃO e meu filho ARTHUR, pelo grande incentivo ao meu trabalho, os quais representam a razão de meus grandes desafios nesta vida.

Agradecimentos

A DEUS, um ser supremo, que nos dá o Dom da vida, à NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO E APARECIDA, intercessoras junto ao Criador, que me fazem sempre ser merecedor da Proteção Divina, para que eu possa receber continuamente o conhecimento e compartilhar com os nossos semelhantes.

A minha Família Nuclear, exemplo de União e Compreensão.

Aos meus pais, ANTONIO SANTANA DE VASCONCELOS e MARIA DE SOUSA VASCONCELOS (in memoriam), por sempre me ensinarem os primeiros passos desta vida e serem incansáveis no apoio à minha incessante busca pelo conhecimento.

A minhas irmãs NAZARÉ E ROSINEI, por sempre acreditarem em mim e me apoiarem em todos os sentidos, durante toda a minha trajetória acadêmica, até este momento ímpar da obtenção do grau de MESTRE.

Ao Prof. Dr. ADALBERTO DA CRUZ LIMA, meu coorientador, pelo imensurável incentivo e valiosa dedicação que demonstrou no compartilhamento da construção deste estudo, que foi de extrema relevância para o meu crescimento intelectual. Minha grande admiração e apreço muito sincero.

Aos dirigentes do SENAR-PARÁ, pelas relevantes informações prestadas.

Ao DR. JOSÉ CONRADO DE AZEVEDO SANTOS – Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará FIEPA, pelo incomensurável apoio em todos os sentidos, sem o qual não seria possível a concretização desta missão.

Aos Dirigentes do SENAI-PARÁ, em especial o Diretor Regional DR. GERSON DOS SANTOS PERES, Diretor de Gestão DÁRIO ANTONIO BASTOS DE LEMOS e a todo o corpo técnico-administrativo da Instituição, sem o apoio dos quais não seria possível a realização deste trabalho.

Ao corpo diretivo da EMATER-PARÁ, aos membros da Comissão Específica de Avaliação para Participação em Cursos de Pós-Graduação Strictu Sensu e aos integrantes da Coordenadoria de Desenvolvimento do Sistema – CODES/Núcleo de Recursos Humanos – NRH, em especial a ADAMIL PIKANÇO DOS SANTOS (in memoriam).

À empresa CONHECIMENTO & CIENCIA, na pessoa do seu Diretor Presidente Prof. Dr. RICARDO FIGUEIREDO PINTO, meu orientador e ao Prof. Dr. ANTONIO AUGUSTO TEIXEIRA DA COSTA, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – UHLT de Lisboa/Portugal, pelo incentivo e cumplicidade na busca desta Titulação de Mestre em Gestão/Educação-Ensino Profissionalizante.

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise do ensino profissionalizante no Estado do Pará, especificamente a relação existente entre o grau de ensino do postulante ao cargo e a garantia de fixação no emprego. Para tanto, utilizou-se de uma revisão bibliográfica nos programas de governo especialmente os direcionados ao SENAI/Pa, órgão especializado e coordenado pela Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) sobre orientação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para qualificar e profissionalizar trabalhadores para inserção no mercado de trabalho. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica e para as análises aplicou-se o método do Discurso do Sujeito Coletivo com o objetivo de interpretar e traçar o perfil deste profissional formado pelo programa. O resultado da pesquisa mostra a evolução do ensino profissionalizante ao longo dos anos à luz de reflexões da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) do Ministério da Educação e Cultura e a participação efetiva do SENAI na formação de profissionais em todo o Estado do Pará.

Palavras chaves: Gestão da educação, empregabilidade, gestão de empresas.

ABSTRACT

This paper presents an analysis of the vocational education in the state of Pará specifically the relationship between the level of education of the applicant for the position and the guarantee of fixing the job. For this, we used a literature review in government programs especially directed to SENAI/Pa, specialized agency and coordinated by the Federation of Industries of the State of Pará (FIEPA) on guidance from the National Confederation of Industry (CNI) to qualify and professionalise workers for insertion in the labor market. The methodology used was the literature review and the analysis applied the method of the Collective Subject Discourse in order to interpret and define the profile of this professional trained by the program. The research result shows the evolution of vocational education over the years the light reflections of the Law of Guidelines and Bases (LDB) of the Ministry of Education and Culture and the effective participation of SENAI training professionals throughout the State of Pará.

Key words: Education Management, employability, business management.

LISTA DE SIGLAS

ALT - Centro de Educação Profissional de Altamira
BAC – Centro de Educação Profissional de Barcarena
BRG - Centro de Educação Profissional de Bragança
CEE – Conselho Estadual de Educação
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CNE – Conselho Nacional de Educação
CTA – Cursos Técnicos para Adultos
EJA – Educação de Jovens e Adultos
GHE - Centro de Educação Profissional Gabriel Hermes
GVA – Centro de Educação Profissional Getúlio Vargas
LDB – Leis de Diretrizes e Base para a Educação
PNE – Plano Nacional de Educação
PROEJA – Programa de Integração da Educação Profissional
PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
SEBRAE - Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa
SEED – Secretaria de Estado de Educação
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes
SESI - Serviço Social da Indústria
SESC – Serviço Social do Comércio
SESCOOP - Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços
SEST - Serviço Social dos Transportes
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
STM - Centro de Educação Profissional de Santarém

ÍNDICE GERAL

<u>Tabela 2 - Relação de cursos e localização</u>	2
<u>33</u>	2
<u>Introdução</u>	2
<u>Justificativa</u>	2
<u>Problemática</u>	2
<u>Objetivo Geral</u>	2
<u>Objetivos Específicos</u>	2
<u>Estruturas da Dissertação</u>	2
<u>CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA</u>	2
<u>1.1 A Educação no Brasil: histórico</u>	2
<u>1.2 Modelo Educacional Brasileiro</u>	2
<u>1.2.1 A educação como formação europeia</u>	2
<u>1.3 Histórico do ensino Profissionalizante no Brasil</u>	2
<u>1.3.1 As características do Ensino Profissionalizante</u>	2
<u>1.3.2 O ensino profissionalizante no Brasil</u>	2
<u>1.3.3 O programa S e o seu papel na formação profissional</u>	2
<u>1.3.4 O papel do SENAI na formação e capacitação profissional</u>	2
<u>1.4 Princípios da Administração Escolar</u>	2
<u>1.5 Administração Escolar Clássica no Brasil</u>	2
<u>1.6 Gestão escolar no modelo de ensino profissionalizante</u>	2
<u>1.7 Perfil do gestor escolar no ensino profissionalizante</u>	2
<u>1.8 Empregabilidade</u>	2
<u>1.8.1 A origem do conceito</u>	2
<u>CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA</u>	2
<u>2.1 Introdução metodológica</u>	2
<u>2.2 Caracterização e delineamento da pesquisa</u>	2
<u>2.2 Classificação da pesquisa</u>	2
<u>2.2.1 Natureza da Pesquisa</u>	2
<u>2.2.2 Abordagem do Problema</u>	2
<u>2.2.4 Procedimentos Técnicos</u>	2

2.3 Procedimentos de coleta de dados	2
2.4 Delineamento da Pesquisa	2
2.5 Quanto ao método de análise da pesquisa	2
2.5.1 A estrutura da Coleta de Dados	2
2.5.2 As técnicas de pesquisa	2
2.5.3. As formas de construção dos dados	2
2.5.4 A seleção dos dados	2
2.5.5 A categorização dos dados	2
2.5.6 A tabulação dos dados	2
2.5.7 A organização e análise dos dados	2
2.5.4.1. O Discurso do Sujeito Coletivo na análise dos sujeitos envolvidos	2
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO SUJEITO COLETIVO	2
3.1. Filtragem dos Discursos do Sujeito Coletivo	2
3.2 Análise das Filtragens do DSC	2
CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO	2
4.1 Conclusão	2
4.2. Recomendações para Trabalhos Futuros	2
REFERÊNCIAS	2

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos de pesquisas científicas.....	47
--	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de matrículas da Educação Profissional por Dependência Administrativa Brasil 2002 – 2010	29
Tabela 2 - Relação de cursos e localização	33

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 01	58
Quadro 2 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 02	59
Quadro 3 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 03.....	59
Quadro 4 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 04.....	60
Quadro 5 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 05	61
Quadro 6 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 06	62
Quadro 7 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 07	63

Introdução

A questão dos processos de ensino/aprendizagem no Brasil tornou-se um desafio para a sobrevivência profissional no atual mercado de trabalho. As políticas públicas que são estabelecidas pelos governantes em todas as esferas, buscam suprir a defasagem existente entre a necessidade do mercado e a falta de qualificação dos postulantes a cargos de emprego, e isso vem exigindo do setor público e privado maiores esforços na formação e capacitação de mão de obra para preencher os cargos necessários para gerar a tão almejada produtividade, que garanta a sobrevivência das empresas num mercado altamente competitivo.

Outro desafio exigido pelo mercado de trabalho é a forma como a educação vem sendo administrada nos últimos anos. Percebe-se que indicadores educacionais apresentam-se com taxas de evasão elevadas na faixa etária em que os indivíduos deveriam estar em sala de aula e não estão. Alguns fatores, socioeconômico os retiram de sala de aula e os fazem buscar o mercado de trabalho para suprir seus meios de sobrevivência.

Neste sentido, muitos estudantes se submetem ao mercado de trabalho e deixam as escolas, porém o mercado cada vez mais exigente por mão de obra qualificada, exige cada vez mais de profissionais com formação não só escolar mas também profissional. Daí a necessidade de criar ações educacionais com eficiência gerencial capaz de

estimular e recuperar o trabalhador com cursos que possam em curto espaço de tempo gerar o conhecimento necessário para este possa garantir a empregabilidade que lhe dará oportunidade de se manter no mercado.

Surge então, a necessidade de se desenvolver um modelo de gestão escolar que venha suprir esta necessidade e atender uma demanda, reprimida de formação e capacitação desta mão de obra exigida pelo mercado de trabalho.

Diante deste quadro, surgem no cenário da formação profissional projetos e programas como o sistema S de organização das confederações patronais que é um conjunto de entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que abrangem os órgãos como o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e do SESI (Serviço Social da Indústria), o comércio pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SESC (Serviço Social do Comércio), o setor agrícola pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e o de transportes pelo SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes) e SEST (Serviço Social dos Transportes), abriga também o SEBRAE (Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa) e o Sescop (Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços).

Por outro lado, por iniciativa pública surge como alternativa de incentivar o jovem a voltar para o banco escolar e se qualificar e profissionalizar, os programas governamentais como o EJA, PROEJA e o mais recente PRONATEC (Lei nº 12.513) que disponibiliza a milhares de brasileiros a oportunidade de qualificação técnica para inserção no mercado de trabalho.

A problemática a ser pesquisada neste trabalho é avaliar o número de profissionais que passam por estes programas e como estes são aceitos no mercado de trabalho especificamente os programas desenvolvidos pelo SENAI que é o órgão responsável pela formação de profissionais para o setor industrial do estado do Pará.

Justificativa

A relação ensino/aprendizado nas academias tem sido muito debatido nos últimos tempos, principalmente quando se busca avaliar a inserção de profissionais no mercado de trabalho. Este binômio se distancia das necessidades que as empresas têm

no momento que precisa contratar um colaborador para preencher uma vaga neste mercado de trabalho.

O que se percebe é que dentro do ambiente acadêmico, ainda hoje, se busca muita formação teórica com pouca atividade prática na formação dos futuros egressos no mercado de trabalho, dificultando a sua contratação. Por outro lado, tem uma massa de profissionais sem esta formação superior que também passa por esta ineficiência profissional por falta de melhor qualificação para o exercício da profissão.

Diante desta lacuna, o governo em conjunto com as entidades de classe tem buscado em programas de capacitação e habilitação profissional reduzir esta lacuna existente no mercado e incentivando jovens a buscarem uma formação mais próxima daquilo que ele almeja trabalhar e que o setor produtivo precisa para preencher seus quadros funcionais com profissionais qualificados.

Para tanto, busca-se entender o modelo de gestão escolar existente no Brasil que venha suprir a necessidade de indivíduos que já passaram da faixa etária de sala de aula regular e que precisam buscar uma formação exigida pelo seu posto de trabalho ou pelas organizações onde desempenham suas atividades laborais.

O presente trabalho tem como justificativa para sua pesquisa, apontar a direção em que empresas e empregados podem contribuir para o sucesso dos programas de educação profissional existentes e atender o setor produtivo com mais assertividade quando se pensa em contratar com mais qualidade na busca de garantir eficiência produtiva e a empregabilidade destes profissionais.

Assim, este trabalho procura estudar os programas de Educação Profissional propostos pelo SENAI e coletar informações sobre como os alunos oriundos destes programas estão inseridos no mercado de trabalho, bem como o modelo de gestão existente nestes programas que garantam a eficácia na aplicação do ensino/aprendizado como indicadores educacionais.

Problemática

Qual o índice de inserção dos profissionais egressos dos Cursos Profissionalizantes no mercado de trabalho e qual a garantia de empregabilidade oferecida pelo setor produtivo?

Objetivo Geral

O objetivo deste trabalho é avaliar o nível de inserção dos programas de educação profissional desenvolvidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no Estado do Pará.

Objetivos Específicos

- ✓ Analisar os aspectos sociopolíticos da educação de jovens e adultos desenvolvidos pelo Governo Federal;
- ✓ Avaliar o modelo de gestão escolar que são aplicados nos cursos profissionalizantes
- ✓ Estudar os princípios norteadores da Educação Profissional;
- ✓ Avaliar o processo de aprendizagem dos egressos aos cursos profissionalizantes no Estado do Pará;
- ✓ Avaliar o grau de inserção destes profissionais no mercado do trabalho após conclusão dos cursos.

Estrutura da Dissertação

A sequência deste trabalho apresenta-se estruturalmente a partir de capítulos, constituídos pelos elementos introdutórios, revisões bibliográficas abordando a temática do ensino profissionalizante, e as políticas públicas desenvolvidas no País para que haja inserção destes trabalhadores no mercado de trabalho e os resultados da pesquisa de campo realizada, assim como as considerações e referências que serviram de base para o desenvolvimento deste trabalho.

Desta forma, no capítulo um, a contextualização da pesquisa é enfatizada, de maneira a apresentar a proposta desta pesquisa, assim como a justificativa e os objetivos que circundam o contexto que rege este trabalho. O capítulo dois traz uma revisão do cenário nacional e dos programas propostos pelas entidades governamentais e classistas no cenário das organizações, a partir da visão de diferentes autores que abordam o tema.

No capítulo três pode-se visualizar os mecanismos metodológicos responsáveis por nortear o desenvolvimento deste trabalho, desde o planejamento ao seu desenvolvimento. A partir do capítulo quatro, são apresentados os resultados obtidos através de dados históricos dos Programas de Educação Profissional do SENAI a ser

apresentados em uma sequência baseada na ordem dos questionamentos realizados junto aos egressos destes cursos que contribuíram para a realização do referido trabalho, destacando a sua capacitação e a forma de ingresso no mercado de trabalho sob o ponto de vista da realidade mercadológica no Estado do Pará.

Posteriormente, a conclusão apresenta as considerações, inerentes a proposta e aos resultados obtidos ao longo da pesquisa, contemplando os principais aspectos pesquisados. Sequencialmente, nas referências bibliográficas é possível visualizar o campo de pesquisa realizado em trabalhos de autores diversos. Ao fim deste trabalho, é possível visualizar em anexo, os documentos que serviram de apoio durante a realização do trabalho de pesquisa.

CAPÍTULO 1 - REVISÃO DA LITERATURA

1.1 A Educação no Brasil: histórico

No século XVIII, a Educação ainda não era responsabilidade do governo. Mas, depois da expulsão dos jesuítas, o Estado começou a fazer leis sobre o ensino, cobrar impostos e fazer estatísticas. A regra era abolir a influência da Companhia de Jesus. "Os professores, concursados, eram pagos pelo Estado, que também determinou a proibição de livros jesuítas e sua substituição por outros", afirma a historiadora Diana Vidal. Novos métodos foram criados, assim como livros. A Imprensa Régia imprimia os livros que seriam usados nas escolas do país.

Segundo a pesquisadora da USP Maria Lucia Hilsdorf citada por Nicolielo 2009, a composição dos grupos escolares era razoavelmente heterogênea. Filhos do capitão-mor, de fazendeiros, donos de engenho, além de filhos ilegítimos de padres estudavam juntos nas escolas da época. "Também havia alunos apenas com filiação materna, o que indica origem popular ou negra".

O objetivo da formação não era o ingresso na universidade. Do total de estudantes, apenas $\frac{1}{4}$ continuava sua formação, mas ainda tinha que ir pra Europa. O restante dedicava-se à agricultura, a igreja e ao funcionalismo público, em proporções iguais. (NICOLIELO, 2009)

A necessidade de formalizar um modelo de educação para o País, em 15 de outubro de 1827, uma lei estabeleceu a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Nesse mesmo ano, as escolas adotam um método revolucionário, que prometia ensinar um monte de gente ao mesmo tempo.

A partir do decreto de 15 de outubro, outorgado por Dom Pedro I, passou a ser a principal referência para os docentes do primário e ginásio nas províncias. A lei tratava de assuntos diversos: salário de professores, currículo mínimo e contratação de mestras, entre outros.

1.2 Modelo Educacional Brasileiro

1.2.1 A educação como formação europeia

Este modelo educacional se expandiu por todo os estados, onde O ensino mútuo (ensino recíproco entre os alunos) era o sistema da moda na época. "O método foi aplicado nas escolas das capitais e para ensinar corpos militares, adultos, exércitos e para atender classes numerosas", diz a pesquisadora da USP Maria Lucia Hilsdorf. Funcionava assim: um professor orientava um aluno, o monitor, que orientava, por sua vez, mais 10 alunos. Alunos com bom rendimento podiam tornar-se monitores.

1.3 Histórico do ensino Profissionalizante no Brasil

A formação do trabalhador no Brasil começou a ser feita desde os tempos mais remotos da colonização, tendo como os primeiros aprendizes de ofícios os índios e os escravos, e “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais”. (FONSECA, 1961, p. 68).

Com o advento do ouro em Minas Gerais, foram criadas as Casas de Fundação e de Moeda e com elas a necessidade de um ensino mais especializado, o qual destinava-se ao filho de homens brancos empregados da própria Casa. Pela primeira vez, estabelecia-se uma banca examinadora que deveria avaliar as habilidades dos aprendizes adquiridas em um período de cinco a seis anos. Caso fossem aprovados, recebiam uma certidão de aprovação.

Nesse mesmo período, foram criados os Centros de Aprendizagem de Ofícios nos Arsenais da Marinha no Brasil, os quais traziam operários especializados de Portugal e recrutavam pessoas, até durante a noite, pelas ruas ou recorriam aos chefes de polícia para que enviassem presos que tivessem alguma condição de produzir. Neste período houve a estagnação do desenvolvimento tecnológico do Brasil em função da proibição de existência de fábricas no País.

A história da educação profissional no Brasil tem várias experiências registradas nos anos de 1800 com a adoção do modelo de aprendizagem dos ofícios manufatureiros que se destinava ao “amparo” da camada menos privilegiada da sociedade brasileira. As crianças e os jovens eram encaminhados para casas onde, além da instrução primária, aprendiam ofícios de tipografia, encadernação, alfaiataria, tornearia, carpintaria, sapataria, entre outros. (CENTENÁRIO DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 2010)

Em 1889, ao final do período imperial e um ano após a abolição legal do trabalho escravo no país, o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, com um total de aproximadamente 54 mil trabalhadores, para uma população total de 14 milhões de habitantes, com uma economia acentuadamente agrário-exportadora, com predominância de relações de trabalho rurais pré-capitalistas.

O ano de 1906 foi marcado pela consolidação do ensino técnico-industrial no Brasil pelas seguintes ações:

- ✓ Realização do “Congresso de Instrução” que apresentou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial, a ser mantido com o apoio conjunto do Governo da União e dos Estados. O projeto previa a criação de campos e oficinas escolares onde os alunos dos ginásios seriam habilitados, como aprendizes, no manuseio de instrumentos de trabalho.
- ✓ A Comissão de Finanças do Senado aumentou a dotação orçamentária para os Estados instituírem escolas técnicas e profissionais elementares sendo criada, na Estrada de Ferro Central do Brasil, a Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, no Rio de Janeiro.
- ✓ Declaração do Presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, no dia 15 de novembro de 1906: *“A criação e multiplicação de institutos de ensino técnico e profissional muito podem contribuir também para o progresso das indústrias, proporcionando-lhes mestres e operários instruídos e hábeis”*.

Com a criação, em 14 de novembro de 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública foi estruturada a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, que passava a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, antes ligadas ao Ministério da

Agricultura. Essa Inspetoria foi transformada, em 1934, em Superintendência do Ensino Profissional. Foi um período de grande expansão do ensino industrial, impulsionada por uma política de criação de novas escolas industriais e introdução de novas especializações nas escolas existentes.

A Constituição brasileira de 1937 foi a primeira a tratar especificamente de ensino técnico, profissional e industrial, estabelecendo no artigo 129:

“O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.”

Assim, em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei 378 em seu Artigo 37 parágrafo único que transformava as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Profissionais, destinados ao ensino profissional, de todos os ramos e graus.

Em 1941 vigoraram uma série de leis conhecidas como a “Reforma Capanema” que remodelou todo o ensino no país, e tinha como principais pontos:

- ✓ Ensino profissional passou a ser considerado de nível médio;
- ✓ O ingresso nas escolas industriais passou a depender de exames de admissão;
- ✓ Os cursos foram divididos em dois níveis, correspondentes aos dois ciclos do novo ensino médio: o primeiro compreendia os cursos básico industrial, artesanal, de aprendizagem e de mestria. O segundo ciclo correspondia ao curso técnico industrial, com três anos de duração e mais um de estágio supervisionado na indústria, e compreendendo várias especialidades.

O Decreto nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942 transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário. A partir desse ano, inicia-se, formalmente, o processo de vinculação do ensino industrial à estrutura do ensino do

país como um todo, uma vez que os alunos formados nos cursos técnicos ficavam autorizados a ingressar no ensino superior em área equivalente à da sua formação.

No ano de 1959, as Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em autarquias com o nome de Escolas Técnicas Federais. As instituições ganham autonomia didática e de gestão. Com isso, intensifica-se a formação de técnicos, mão de obra indispensável diante da aceleração do processo de industrialização.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde.

Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs, mediante decreto específico para cada instituição e em função de critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação, levando em conta as instalações físicas, os laboratórios e equipamentos adequados, as condições técnico-pedagógicas e administrativas, e os recursos humanos e financeiros necessários ao funcionamento de cada centro.

Em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei 9.394 considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define

o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

Segundo a LDB, o Ensino Profissional, deverá ser integrado às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo o aluno ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. O aluno matriculado ou egresso do Ensino Fundamental, Médio e Superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, terá a possibilidade de acesso ao Ensino Profissional, que deve ser desenvolvido articuladamente com o ensino regular, ou ainda, através de diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Na situação atual, normatizada pelo Decreto 5.154/04, onde houver a reintegração entre o Ensino Médio e o Ensino Profissional, o aluno poderá ter o certificado de conclusão do Ensino Médio, possibilitando assim, seu acesso à Educação Superior. O reconhecimento e certificação do conhecimento adquirido, inclusive no trabalho, possui o objetivo de permitir que o trabalhador continue se aperfeiçoando, por meio de novos estudos (Cf. FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005a).

Já o Decreto 2.208/1997 regulamenta a educação profissional e cria o Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP.

Em meio a essas complexas e polêmicas transformações da educação profissional de nosso país, retoma-se em 1999 o processo de transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, iniciado em 1978.

Ainda no ano de 2006 é lançado o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia para disciplinar as denominações dos cursos oferecidos por instituições de ensino público e privado.

Durante o ano de 2006 a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC do Ministério da Educação, em parceria com o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Educação Profissional realizaram conferências em 26 Estados e no Distrito Federal, as quais culminaram, no período de 05 a 08 de novembro de 2006, com a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, marco importante na educação brasileira, com a participação de 2.761 participantes, foi a primeira conferência que o Ministério da Educação realizou em toda a sua história.

Em 2007 há o lançamento da segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo como meta entregar à população mais 150 novas unidades, perfazendo um total de 354 unidades, até o final de 2010, cobrindo todas as regiões do país, oferecendo cursos de qualificação, de ensino técnico, superior e de pós-graduação, sintonizados com as necessidades de desenvolvimento local e regional.

Vale ressaltar que as unidades que formam a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica desenvolvem projetos de intercâmbio internacional nos países que integram o MERCOSUL, a Comunidade de Língua Portuguesa – CPLP, e outros países como o Canadá. Além do mais, nos últimos anos tem sido intensa a procura dos países africanos para conhecer a educação profissional e tecnológica do Brasil, a fim de estabelecerem parcerias educacionais, visto que as experiências desenvolvidas na Rede Federal constituem-se em uma referência. A maior parte dessas parcerias visa também projetos de inclusão social da comunidade com a qual a unidade da Rede Federal esteja envolvida, caracterizando, assim, o compromisso com a extensão acadêmica.

Outro aspecto muito importante é a confiança e consequente aproveitamento da mão de obra qualificada pelas unidades educacionais da Rede, como estagiários ou, posteriormente, funcionários, em empresas como a PETROBRÁS, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Companhia Vale, Grupo Votorantim dentre outras grandes empresas, assim como em outras de pequeno ou médio porte. Isso reflete a busca de parcerias frutíferas entre a Rede e o setor produtivo e a comunidade.

Diante do afastamento de jovens das salas de aulas regulares e da necessidade de se reduzir o índice de analfabetismo no país, surge o que o governo chama de Educação de Jovens e Adultos que segundo Rosmann (2011) foi implementada em nosso país por meio de políticas públicas que visavam a alfabetização das pessoas que não tiveram a oportunidade de acesso e permanência na escola em “tempo próprio”. Por isso, tais políticas de inclusão, quando destinadas ao desenvolvimento do Ensino Fundamental e Ensino Médio, não passavam do que podemos chamar de “programas pilotos” e, dessa forma, não atendiam as demandas educacionais e as necessidades da sociedade brasileira.

Esse é o retrato educacional nacional, social e histórico que se apresenta e requer o resgate da dignidade, da cidadania e da autoestima de uma imensa parcela de brasileiros que ao longo de nossa história vêm sendo contabilizada como números e não como pessoas excluídas do sistema educacional em nosso país. Logo, surge o PROEJA (Programa de Integração da Educação Profissional com Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos), instituído inicialmente pelo Decreto 5478 de 25 de junho de 2005. Após discussões com as instituições federais de educação tecnológica que reivindicavam, entre outros pontos, maior prazo para a implementação do Programa, o decreto foi substituído pelo decreto 5840 de 13 de julho de 2006.

1.3.1 As características do Ensino Profissionalizante

O ensino profissionalizante no Brasil se desenvolveu ao longo do tempo através de Decretos governamentais e se estendeu a formação de Leis das quais a que se destaca e vigora até os dias atuais é a Lei de Diretrizes e Bases – LDB que norteia o ensino no país e em seu conjunto destaca o ensino profissionalizante.

A LDB também classifica o ensino profissionalizante em níveis, que segundo Freitas (2010), são três os níveis de educação profissional existente atualmente no país, eles são:

- nível básico: voltado às pessoas com qualquer nível de instrução, podendo ser realizado por qualquer instituição de ensino; a educação profissional de nível básico não possui regulamentação curricular e confere ao participante o certificado de qualificação profissional; esse nível foi criado para atender as situações emergenciais do mercado de trabalho, sendo oferecido por instituições como programa de qualificação, profissionalização e reprofissionalização;
- nível técnico: voltado para estudantes de Ensino Médio ou pessoas que já possuam esse nível de instrução, pode ser realizado por qualquer instituição de ensino com autorização prévia das Secretarias Estaduais de Educação; existe a opção de se fazer esses cursos integrados ou não com o ensino médio, a partir do término do 2º ano do ensino médio; trata-se de um nível da educação profissional regulamentada e possui organização curricular própria, podendo ser oferecida de maneira integrada, concomitante ou sequencial ao ensino médio; os professores, instrutores ou monitores que lecionam para esse nível da educação

profissional deverão possuir experiência profissional e formação para o magistério; a formação pode ocorrer através de uma licenciatura ou em programas especiais de formação pedagógica; as disciplinas são agrupadas por módulos e, na conclusão do curso, é emitido o diploma de técnico na área específica;

- nível tecnológico: é realizado apenas por Instituição de Ensino Superior, como faculdades ou universidades. São cursos destinados à formação superior, tanto de graduação, quanto de pós-graduação de jovens e adultos; obrigatoriamente, os alunos devem ter concluído ensino médio para ingressar nesse nível; os cursos da educação profissional de nível superior devem ser estruturados para atender aos diversos setores da economia; esse nível direciona-se à formação em atividades específicas no trabalho e confere ao concluinte o diploma de tecnólogo.

Segundo a divulgação realizada pelo Censo 2010 os números da educação profissional apontam para a manutenção de sua expansão, com crescimento de 7,4%, ultrapassando 900 mil matrículas em 2010. Considerando o médio integrado, os números indicam um contingente de 1,14 milhões de alunos atendidos. A educação profissional subsequente – oferecida aos alunos que já concluíram o ensino médio – aumentou 27% no número de matrículas e tem uma participação de 62% no total de matrículas da educação profissional. Por outro lado, na rede federal a educação profissional concomitante ou integrada ao ensino médio tem uma participação de 61,8% do total de matrículas nesta rede. Nos últimos oito anos, a rede federal mais que dobrou a oferta de matrícula de educação profissional, com um crescimento de 114% no período (BRASIL, 2010 *apud* Araújo e Santos, 2012).

1.3.2 O ensino profissionalizante no Brasil

Segundo a divulgação realizada pelo Censo 2010 os números da educação profissional apontam para a manutenção de sua expansão, com crescimento de 7,4%, ultrapassando 900 mil matrículas em 2010. Considerando o médio integrado, os números indicam um contingente de 1,14 milhões de alunos atendidos. A educação profissional subsequente – oferecida aos alunos que já concluíram o ensino médio – aumentou 27% no número de matrículas e tem uma participação de 62% no total de matrículas da educação profissional.

Atua na educação profissional um conjunto de estabelecimentos públicos e privados, que se caracterizam como escolas técnicas, agro técnicas, centros de formação profissional, associações/escolas, dentre outros. O Censo Escolar 2010 revela que a participação da rede pública tem crescido anualmente e já representa 52% das matrículas (BRASIL, 2010).

Outro ponto que merece atenção diz respeito aos dez cursos com maior número de alunos. Os dados mostram que o curso de Enfermagem é o mais procurado na rede privada, com 23% de participação. Na rede pública, o destaque é informática, com 12,4% do total da rede. Nas escolas federais destacam-se Agropecuária e Informática, escolhidos por 12,6% e 11,7% dos alunos, respectivamente (BRASIL, 2010).

Tabela 1 - Número de matrículas da Educação Profissional por Dependência Administrativa Brasil 2002 – 2010

ANO	Matrículas na Educação Profissional				
	Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2002	652.073	77.190	220.853	26.464	327.566
2003	629.722	82.943	181.485	22.312	342.702
2004	676.093	82.293	179.456	21.642	392.702
2005	747.892	89.114	206.317	25.028	427.433
2006	806.498	93.424	261.432	27.057	424.585
2007	780.162	109.777	253.194	30.037	387.154
2008	927.978	124.718	318.404	36.092	448.764
2009	1.036.945	147.947	355.688	34.016	499.294
2010	1.140.388	165.355	398.238	32.225	544.570
%2002-2010	74,9	114,2	80,3	21,8	66,2

Fonte: MEC/Inep – CENSO 2010

Notas:

1) Não inclui matrículas em turmas de atendimento complementar.

2) O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

3) Inclui matrículas de educação profissional integrada ao Ensino Médio

Observa-se na Tabela 1 que há uma crescente procura pela formação profissionalizante e isto requer maior ajuste no sistema educacional aí entra algumas instituições públicas e privadas que buscam suprir esta demanda, além das federações de classe que entram neste cenário com objetivo de formar e capacitar para os seus respectivos setres como o SENAI, SENAC e SENAR entre outros.

1.3.3 O programa S e o seu papel na formação profissional

Como visto na história da educação profissionalizante no Brasil, o governo federal é o maior responsável pela formação e capacitação de mão de obra para

sustentar o crescimento industrial do país, para tanto, cria no bojo de sua política de crescimento, instituições vinculadas às confederações patronais como SESI, SENAI, SENAC, SENAR e SEST/SENAT entre outros que surgem da iniciativa privada com o objetivo de preparar profissionais que venham preencher lacunas existentes no mercado de trabalho.

Em 1942, por iniciativa do então Ministro de Getúlio Vargas, Gustavo Capanema, começam a ser reformados alguns ramos do ensino. Tal Reforma ficou conhecida como “Leis Orgânicas ou Reforma Capanema”. (Romanelli, 1993, p.154 *apud* Ramos e França). Tal reforma realiza alguns ajustes, tais como:

(...) faz o ajuste entre as propostas pedagógicas então existentes para a formação de intelectuais e trabalhadores e as mudanças que estavam ocorrendo no mundo do trabalho. Para as elites, são criados os cursos médios de 2º ciclo, científico e clássico, com Três anos de duração. Sempre destinados a preparar os estudantes para o ensino superior. (KUENZER, 1999, P. 123).

Através das Leis Orgânicas, a formação profissional voltada aos trabalhadores passa a contar com alternativas em nível médio de 2ºciclo: o agro técnico, o comercial técnico, o industrial técnico e o normal, que não davam acesso ao ensino superior. Começa a esboçar-se uma primeira tentativa de articulação entre as modalidades científica e clássica e as profissionalizantes, através da qual os alunos dos cursos profissionalizantes poderiam prestar exames de adaptação que lhes dariam o direito a participar dos processos de seleção para o ensino superior. (KUENZER, 1999, p. 123).

O currículo de ensino, até então voltado para as humanidades e ciências não era suficiente para atender às demandas de uma nova economia, fazia-se necessário um modelo diferenciado de educação voltada para o trabalho, que no momento ganhava um novo espaço nas políticas públicas.

A partir da década de 30, devido à crise na agricultura, ocorre um movimento na economia marcado pela ascendente sociedade industrial, que influenciava na concretização de novas bases materiais. Isto demandou novas relações de trabalho e um outro caráter para a educação profissional. O empresariado passava a reconhecer que o trabalhador brasileiro, cuja maioria possuía experiência no trato com a agricultura, precisaria

ser educado para as novas técnicas do trabalho. (CAMPOS; MAXIMO, 2006, P.33).

A Lei coloca também como dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. Este é um aspecto da história do ensino profissional, que segundo Romanelli (1993), merece destaque uma vez que revela a preocupação do governo de engajar as indústrias na qualificação de seus funcionários, além de obrigá-las a colaborarem com a sociedade no que diz respeito à educação da população. Esta reforma instaurou também os chamados “Sistema S de Ensino”.

O sistema S é um conjunto de entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica, que além de terem em comum seu nome iniciado com a letra S, têm raízes comuns e características organizacionais similares. Ele abrange o setor industrial através do SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) e do SESI (Serviço Social da Indústria), o comércio pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e SESC (Serviço Social do Comércio), o setor agrícola pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e o de transportes pelo SENAT (Serviço Nacional de Aprendizagem de Transportes) e SEST (Serviço Social dos Transportes), abriga também o SEBRAE (Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa) e o SESCOOP (Serviço Social das Cooperativas de Prestação de Serviços). (MANFREDI, 2003)

Manfredi descreve o Sistema S como:

O Sistema S configura-se como uma rede de Educação Profissional paraestatal, organizada e gerenciada pelos órgãos sindicais (confederações e federações) de representação empresarial. (MANFREDI, 2002, p. 179)

O Decreto 47.038/59 criou a Rede federal de Ensino Técnico e as Escolas Técnicas Federais, que começaram a ofertar um ensino de maior qualidade (Amaral; Oliveira, 2007).

Além dos órgãos acima citados, a EMATER, como órgão estadual, também tem um papel primordial na formação profissional principalmente do trabalhador do campo onde busca formar e qualificar trabalhadores para suprir as demandas existentes nas indústrias que requerem mão de obra especializada neste setor.

O programa governamental mais atual diz respeito ao PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) instituído a partir da Lei nº 12.513 de 26/10/2011, o PRONATEC pretende criar 8 milhões de vagas até 2014 para a qualificação técnica e profissional de trabalhadores e de alunos do ensino médio, intensificando a expansão e interiorização das redes federal, estadual e privada, a democratização da oferta aos alunos da Rede Pública e a melhoria da qualidade do Ensino Médio Público. Foi constituído a partir de subprogramas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. (BRASIL/MEC/PRONATEC, 2012)

Outra ação do PRONATEC é a criação da Bolsa-Formação. A Portaria nº 1.569/2011 – que fixa as diretrizes para a sua execução –, vai além das redes públicas e inclui as unidades de serviços nacionais de aprendizagem, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Os critérios para a participação dos alunos a partir de 2012 foram definidos de diversas formas por cada estado, como a pobreza, o sorteio, a seleção, a residência próxima aos cursos, o desempenho escolar, as situações de risco, os participantes de programas sociais, a frequência, os matriculados em 2º ou 3º ano do Ensino Médio etc.

Segundo Lima (2011, p. 12), os governos quando não mantêm a Educação Profissional como direito de acesso universal e oferta obrigatória,

[...] podem vir a utilizar a oferta de bolsas, mesmo quando restrita aos egressos de rede pública, como instrumento de autolegitimação sob o pretexto de, por um lado, favorecer aos mais capazes e, por outro, de não gastar o dinheiro público com a criação de infraestruturas formativas rígidas, burocráticas e perdulárias.

1.3.4 O papel do SENAI na formação e capacitação profissional

O SENAI tem como missão organizacional promover a educação profissional e tecnológica, a inovação e a transferência de tecnologias industriais, contribuindo para elevar a competitividade da Indústria do Estado do Pará e do País. E sua visão se

constitui em ser reconhecido como referência em Educação Profissional e como indutor da inovação e da transferência de tecnologias para a Indústria do Estado do Pará. Para tanto, desenvolveu no seio organizacional sua política de gestão focada no investimento, na melhoria contínua dos processos, visando a satisfação de seus clientes e colaboradores no cumprimento da missão institucional.

Dentro de sua política de gestão, O SENAI/PA, desenvolve parcerias com empresas e outras organizações contribuem para a elevação da competitividade industrial, do aumento da empregabilidade e do acesso ao mercado de trabalho. Esta é a prova do que a sinergia de esforços bem planejados e administrados pode produzir em benefício da sociedade.

Como norteador dos cursos de capacitação e formação profissional no Estado do Pará, o SENAI tem em sua organização acadêmica várias modalidades de educação profissional elencadas abaixo:

- Aprendizagem Industrial;
- Qualificação Profissional;
- Iniciação Profissional;
- Aperfeiçoamento Profissional; e
- Habilitação Técnica.

Consta ainda em seu Portfólio uma gama enorme de outros cursos nos mais variados segmentos produtivos.

Os cursos mais procurados em todo o Estado do Pará e que estão ligados diretamente ao setor industrial são mostrados na Tabela 1, onde mostra a abrangência do SENAI na dimensão geográfica do Pará.

Tabela 2. Relação de cursos e localização

Cursos	Carga Horaria	Localização
Eletricista de Manutenção Industrial	800	GVA BAC
Eletricista de Manutenção Eletroeletrônico	800	GVA
Eletricista Instalador Industrial	800	GHE
		GHE
Eletricista Instalador Predial	800	BRG
		ALT

Marceneiro	800	ALT BRG STM
Mecânico de Aparelhos Domésticos	800	ALT
Mecânico de Manutenção de Automóveis	800	GHE BRG
Mecânico de Manutenção Industrial	800	GVA BAC
Mecânico de Refrigeração	800	GVA
Mecânico de Usinagem	800	GHE BRG STM
Modelador, Cortador e Pespontador de Calçados	800	GHE
Soldador	800	BAC

Fonte: Serviço Nacional da Indústria – SENAI in: <http://www.senaipa.org.br/educacao-profissional/aprendizagem-industrial.html>

Analisando a Tabela 1, observa-se que os cursos ofertados pelo SENAI possuem uma carga horária elevada o que caracteriza uma aprendizagem de longa duração e uma formação mais abrangente dentro daquilo que o profissional precisa para ingressar no mercado de trabalho da mesma forma a atuação do órgão mostra-se bastante forte não só na capital do estado como também nos interiores onde se faz presente.

1.4 Princípios da Administração Escolar

F. W. Taylor e H. Faiol são os principais autores para a administração do início do século XX e suas teorias coincidem com o início do estudo sobre a administração escolar citado por Leão, 1939 *apud* Souza, 2006.

Segundo Ribeiro, 1952 a área da administração escolar no Brasil estava, do ponto de vista teórico (e mesmo prático) apenas se iniciando, uma vez que os problemas escolares decorrentes da constituição de uma educação de massas apenas haviam começado em 1950, época da produção da obra em tela. Para o autor, aqueles autores eram a expressão mais expoente mundialmente da chamada administração científica, que se apresentava na área da educação como uma espécie de antídoto às tradicionais (e conservadoras) formas de se pensar e organizar a escola. Isto é, a âncora teórica em Taylor e Faiol se constituía, à época, como algum avanço em favor da construção

autônoma do campo da administração escolar no país, em que pese todo o negativo aspecto “desumano” dessas teorias.

Apesar das críticas sobre as teorias de Taylor e Faiol, por muitos anos foram seguidas por grandes organizações e se encaixaram inicialmente na forma como a administração escolar se propunha crescer no cenário nacional. Talvez a maior crítica esteja focada na busca da produtividade acima de qualquer preocupação com a saúde e segurança dos seus colaboradores, bem como de seus clientes e fornecedores.

Ribeiro destaca esse pensamento, particularizando-o na visão de Taylor, como um tanto desumano, mas não faz realmente a crítica mais aprofundada a esta concepção:

Taylor não dispunha em sua época de conhecimento e experiências que lhe permitissem distinguir entre as conveniências de sua rigorosa e metodicamente cronometrada análise de trabalho e as inconveniências psicossociais resultantes da super especialização. A desumanização do trabalho (...), advinda de seus princípios, (...) não entrou nas suas previsões, principalmente porque seus objetivos foram quase exclusivamente técnicos e o lado social do problema (...) ficou prejudicado por aquela preocupação dominante (RIBEIRO, 1952, p. 81).

Segundo Souza, 2006, Ribeiro resume as principais ideias, em sua opinião, acerca dos pensamentos de Taylor e Faiol a respeito da administração:

- Administração é um problema natural inerente a qualquer tipo de grupo humano em ação;
- Administração é uma atividade produtiva;
- Administração é um conjunto de processos articulados dos quais a organização é parte;
- Administração pode ser tratada por método científico;
- Administração interessa a todos os elementos do grupo, embora em proporção diferente.

Diante do ponto de vista de Ribeiro, 1952 citado por Souza, 2006 tanto Taylor quanto Faiol contribuíram para a evolução do pensamento da Administração Escolar destacando as seguintes contribuições:

- a) O ponto de vista básico do funcionalismo de Taylor é a questão pacífica e não se apresenta mais como oposto ao linear de Faiol.
- b) Aumentados ou diminuídos, alterados em sua sequência ou simplesmente reproduzidos, os elementos da administração continuam a ser aqueles que Faiol considerou.
- c) Não se pode mais sustentar a distinção feita por Faiol quanto à natureza das operações de uma empresa.
- d) Há uma imposição crescente para as especializações dos estudos de administração, quer quanto à natureza dos empreendimentos, quer tanto aos diferentes setores das atividades da empresa, quer ainda quanto aos próprios elementos da administração.
- e) Estão sendo claramente distinguidos e considerados dois diferentes aspectos da atividade administrativa: um que concerne à própria coisa administrada e outro que concerne aos meios ou métodos de administração. (...) as primeiras variam com a natureza do empreendimento e as segundas são sempre as mesmas para qualquer tipo de empresa.
- f) É evidente, nos estudos modernos de administração, (...) por força das críticas que foram feitas à ordem econômica vigente (...), a preocupação de corrigir a primitiva tendência à desumanização legada aos estudos administrativos.
- g) Está generalizada a tendência para conduzir os estudos de administração pela via sociológica mais do que psicológica ou tecnológica do passado.
- h) As novas concepções dos objetivos da administração inclinam-se a considerá-la com a possibilidade de vir a ser uma das chaves de solução dos mais graves problemas gerais que afligem o mundo moderno.

Segundo Souza, 2006, outros autores, para além de Ribeiro e Leão, foram responsáveis pela edificação e divulgação dos principais conceitos da administração escolar no Brasil. Dentre eles, o próprio Ribeiro (1952, p. 107) comenta acerca do trabalho de Lourenço Filho, o qual através de Boletim do INEP teria, em 1941, trazido contribuições importantes para o entendimento do que deva ser a área da administração escolar. E em obra de 1963, denominada “Organização e Administração Escolar”, este autor compila os seus principais estudos sobre o tema.

Lourenço Filho, 1976 inicia sua obra afirmando acerca da relação entre escola e vida social que *“assim como seja cada sociedade, assim serão suas escolas”*, permitindo compreender que a escola não é espelho da sociedade, mas que ela em grande parte reproduz aspectos significativos da organização da vida social. Para o

autor, esta constatação inicial é importante porque dá a condição de se observar, nos estudos sobre a escola, que esta instituição não é expressão arbitrária dos desejos que tenham os governantes, nem mesmo dos seus projetos para a sua organização e gestão, mas representa a confluência da história e dos “padrões culturais em cada lugar e a cada época existentes” (SOUZA, 2006, p. 39).

Mais do que planejar e coordenar, o dirigente escolar tem as tarefas de comunicar e inspecionar, uma vez que a constituição de um bom sistema de comunicação é essencial para o trabalho do administrador escolar, o controlar e o pesquisar fecham a lista de verbos das tarefas do dirigente escolar (LOURENÇO FILHO, 1976).

Para Teixeira (1999), a administração pode ser aplicada linearmente a todos os campos indistintamente, e como alternativa de superação desta situação, propõe o modelo administrativo no qual “as escolas se deverão constituir em órgãos autônomos, à maneira das fundações, sujeitas ao controle e à fiscalização de órgãos centrais, também eles governados por normas estabelecidas por conselhos técnicos”.

Na tentativa de demonstrar os estudos da administração sobre as organizações modernas, Alonso, 1976 *apud* Souza, 2006 apresenta uma síntese sobre três escolas de pensamento: a “*behaviorista*”, a “*estruturalista*” e a de “*sistema aberto*”. A autora deixa claro que partilha das concepções desta última. Quanto ao behaviorismo, identifica-o como uma superação do simplismo apresentado pela escola clássica e pela escola de relações humanas da administração. No que se refere ao estruturalismo, Alonso identifica, e toma como base para os seus comentários, o trabalho de Max Weber.

O enfoque sistêmico é considerado pela autora como um passo adiante no desenvolvimento das teorias da administração, pois supera o behaviorismo na sua visão endógena da organização, uma vez que na teoria sistêmica há uma valorização do ambiente externo e dos elementos macro-sociais e o faz através da constituição e/ou utilização de conceitos como totalidade, homeostase, feedback, competição, dentre outros (Alonso, 1976, pp. 74-78). O estruturalismo, por seu turno, poderia trazer problemas com a sua tendência burocratizante em excesso, o que segundo a autora apresenta conflito em particular no que concerne à questão da autoridade.

Neste cenário, observa-se que a administração escolar requer mudança e esta deve ser baseada na cultura organizacional onde o perfil gerencial dos diretores deve ser remodelado de acordo com os aspectos sociopolíticos de cada instituição de ensino, onde a participação de todos deve ser o ponto forte adotado pelo gestor que se quiser mostrar eficaz. Para Sander, 1981 apud Souza, 2006 há quatro critérios de acordo com os quais a administração da educação se orienta e que estão relacionados com essas dimensões: “*relevância* (dimensão humana), *efetividade* (dimensão sociopolítica), *eficácia* (dimensão pedagógica) e *eficiência* (dimensão econômica)”

1.5 Administração Escolar Clássica no Brasil

Estudos sobre a administração escolar no Brasil datam dos anos 30, precisamente em 1939 com os primeiros relatos de Antônio Leão onde apresenta a necessidade de organizar o sistema de ensino naquela época, onde destaca as funções básicas do administrador escolar, deveres e relações hierárquicas no contexto organizacional.

Para Ribeiro, a administração escolar fundamenta-se a partir da filosofia da educação, da política da educação e das ciências correlatas ao processo educativo. Em relação à filosofia da educação, a Administração Escolar vai funcionar como instrumento executivo, unificador e de integração do processo de escolarização, cuja extensão, variação e complexidade ameaçam a perda do sentido da unidade que deve caracterizá-lo e garantir-lhe o bom êxito.

(...) Os ideais marcam o ponto para o qual devem convergir todos os esforços de cada um e do conjunto; são eles que dão a direção em que devem caminhar todos os processos desenvolvidos na escola. (...) Não teria sentido, pois, uma Administração Escolar, sem fundamentação em algum esquema de objetivos e ideais postos antes e acima dela, isto é, de uma filosofia. (RIBEIRO, 1952, p. 45 apud SOUZA, 2006, p.32).

A partir de uma ampla discussão na área educacional sobre o papel do educador e a função do gestor educacional, Vieira, (2000) destaca que os anos 90 e a nova LDB, (Lei 9394/96), situam a escola no centro dos debates sobre a educação, “ressignificando o sentido de uma reflexão crítica sobre a função política e social na formação da cidadania”. Busca-se compreender a real função social da escola, sua política

educacional e a importância da gestão escolar como garantia de sucesso do processo ensino-aprendizagem.

De acordo com Bordignon e Gracindo (2000, p. 154), “a organização educacional precisa ter uma estrutura pedagógica, determinada pela finalidade, pelos fins da educação, diferentemente da tradicional estrutura burocrática, em que, quase sempre, os meios são mais importantes que os fins”. De nada adianta investir na gestão se não houver mudanças no cotidiano do processo de ensinar e aprender, envolvendo a sala de aula e seus professores.

Segundo Pinto (2001), tivemos ao longo de nosso contexto histórico uma tradição de gestão escolar fortemente centralizadora, com mecanismos rígidos de controle burocrático, tanto em relação ao trabalho quanto à organização das relações de ensino e aprendizagem. Nesta última década a gestão escolar, na pessoa do diretor, coordenador pedagógico, orientador educacional e demais especialistas do contexto escolar, destaca-se como a solução para velhos problemas educacionais.

1.6 Gestão escolar no modelo de ensino profissionalizante

No contexto educacional atual cabe ao gestor escolar pensar o processo educacional e as ações da escola, definindo um projeto de cidadania, atribuindo-lhe finalidades e pressupostos filosóficos, sociais e educacionais congruentes com a proposta político-pedagógico do processo de ensino. O administrador escolar e seus coordenadores devem ser capazes de trabalhar com os atores sociais do processo educacional e suas relações, como sujeitos da construção desse processo, gerando participação, corresponsabilidade e compromisso.

Compete aos gestores o desenvolvimento de novos padrões de gestão educacional como forma de canalizar e reordenar as forças emergentes no cotidiano escolar, viabilizando a consecução de propostas pedagógicas que garantam o sucesso do processo ensino-aprendizagem.

Segundo Pinto (2001), no contexto educacional atual compete aos gestores escolares pensar o processo educacional e as ações da escola, definindo uma proposta político-pedagógico capaz de garantir uma participação responsável e comprometida de

todos os atores do processo, tendo em vista a consecução dos objetivos educacionais e o sucesso dos projetos pedagógicos.

Devem estar atentos à promoção da competência de todos os atores do processo educacional, em especial do professor, contribuindo para a melhoria das condições técnicas, organizacionais e humanas, assumindo com os educadores uma postura de parceria, tendo em vista a realidade escolar e o sucesso do processo ensino aprendizagem. (PINTO, 2001)

1.7 Perfil do gestor escolar no ensino profissionalizante

O gerenciamento do processo educacional requer de seus administradores a capacidade de articulação e construção do processo, não limitando suas funções, apenas ao controle dos padrões de legalidade. Devem ser capazes de lidar com as relações de poder, presentes no cotidiano, sabendo observar, investigar e interpretar os acontecimentos do universo escolar, aceitando os conflitos como desafios saudáveis, conduzindo-os para o sucesso da ação administrativa. Devem ser articuladores de todas as forças no interior da instituição, administrando tensões entre professores, professores e alunos e demais segmentos da unidade escolar, buscando o equilíbrio e o bem estar, sem perderem de vista o seu papel de mediadores e articuladores dos aspectos político pedagógicos do processo, orientando, organizando e viabilizando a consecução dos reais objetivos da educação. (PINTO, 2001)

“A primeira necessidade de um diretor é saber prever, planejar e organizar. Depois de planejar vêm os problemas da organização, avaliação de funções, terminação de plano, execução de plano” (Leão, 1953, p. 135).

Segundo Gracindo, (2000, p. 156), os gestores não devem perder de vista a dimensão educativa, buscando o melhor funcionamento da escola e a consecução dos objetivos educacionais, estando atentos ao grau de descontentamento dos educandos em relação à ordem estabelecida, à medida que a escola não consegue satisfazer às necessidades intelectuais e emocionais, oportunizando-lhes o domínio dos processos de aprendizagem e das estruturas de pensamento que propiciam “o permanente aprender a fazer e a reprocessar as informações que fundamentam o saber e o fazer” (GRACINDO, 2000: 156).

Neste sentido cabe ao gestor escolar algumas características que o conduzem ao cargo tais como competência, ética e responsabilidade social.

Quanto à competência, entende-se que o gestor possua o conhecimento técnico, que associado às habilidades, que se destacam pela capacidade de transmissão e análise do conteúdo técnico que geram a competência necessária para o cargo de gestor. As competências necessárias para o bom desempenho do gestor escolar devem ser atribuídas a: competências gerais, comerciais, organizacionais e técnicas:

a) Competências gerais - envolvem conhecer e entender as correntes sociais, econômicas, políticas, e culturais no cenário em que a organização está inserida de forma sistêmica;

b) Competências comerciais - referem-se ao relacionamento com fornecedores e clientes do sistema de ensino e do mercado em que a organização atua;

c) Competências organizacionais - conhecimento do processo operacional da organização em sua área de atuação, através do conhecimento e interação entre o mercado e a organização;

d) Competências técnicas - conhecimento das legislações e normas e princípios educacionais, ser capaz de desenvolver, analisar e implantar sistemas de informações que venham facilitar a comunicação entre os atores do processo ensino aprendizagem.

No entanto, a competência só é consolidada quando as habilidades são bem desenvolvidas na formação do gestor. As habilidades necessárias ao bom desempenho do gestor são: habilidades de comunicação, habilidades intelectuais e habilidades interpessoais.

As habilidades de comunicação se consolidam quando o gestor apresenta a capacidade de transmitir e receber informações com facilidade, ou seja, trabalhar a tecnologia da informação a favor da eficiência da comunicação entre os atores do processo. Constitui-se uma estratégia de defesa quanto à barreira da comunicação formal e informal, verbal ou escrita de maneira que a fidelidade da informação possa ser atestada dentro da hierarquia organizacional. Habilidades intelectuais correspondem a capacidade de desenvolver e utilizar-se de criatividade para dar solução aos problemas

do dia a dia, capacidade de julgamento, estabelecer prioridades a partir de informações corretas e saber trabalhar sob pressão. Habilidades interpessoais, que talvez seja o grande dilema da administração do Século XXI, estas habilidades correspondem a necessidade de se trabalhar com pessoas, saber influencia-las, organizar e delegar tarefas, motivar e desenvolver pessoas e resolver conflitos.

Quanto à Ética Muito se tem escrito sobre o assunto, porém todos, indivíduos e organizações necessitam de mais atenção quanto a sua responsabilidade ética, moral e cultural além das responsabilidades econômicas e de aspectos legais. Os princípios e valores devem ser muito bem desenvolvidos no perfil do gestor escolar considerando que estes fundamentam a formação da responsabilidade ética no ambiente organizacional. Os valores morais dizem respeito a crenças pessoais sobre comportamento eticamente correto ou incorreto, tanto por parte do próprio indivíduo quanto com relação a outros. Sendo assim há uma perfeita harmonia entre os conceitos de valores e ética completando o que o gestor precisa para concretizar a responsabilidade ética necessária para um bom desempenho socioambiental. Já a moral deve ser vista como um conjunto de valores e de regras comportamentais que as organizações e os indivíduos, utilizam como regras para julgarem o que são corretos e desejáveis para um grupo de atores em uma organização social, ou seja, a melhor maneira de agir coletivamente, o que é bem ou mal, o permitido e o proibido, o certo e o errado, a virtude e o vício.

1.8 Empregabilidade

De acordo com MINARELLI (1995) para ter empregabilidade é preciso estar pronto e apto para as exigências das empresas. Complementa que, para obter sucesso hoje, são necessárias pessoas de qualidade, velocidade e flexibilidade.

Já para NERI (2001, p.36). Empregabilidade tem haver com saúde profissional. Ter empregabilidade é conseguir rapidamente emprego em qualquer organização, independente do momento em que vive o mercado em termos de maior ou menor demanda. O termo empregabilidade acabou por alcançar uma dimensão inusitada, ampliando o conceito de maior capacidade para uma pessoa ser empregada. Hoje, o conceito de empregabilidade já alcança a noção de capacidade ou condição de uma pessoa possuir um conhecimento, serviço ou produto que possa ser usufruído não só por empresas, mas também por indivíduos ou grupos isolados.

1.8.1 A origem do conceito

MINARELLI (1995) nos diz ainda que a empregabilidade é sustentada por seis pilares: adequação vocacional, competência profissional, idoneidade, saúde física e mental, reserva financeira, fontes alternativas e relacionamentos. A união deles transmite segurança ao profissional. Resumindo, empregabilidade é a capacidade de gerar trabalho, de trabalhar e de ganhar.

Adequação Vocacional: para ter motivação é preciso estar na profissão certa, exercer o trabalho que corresponde a sua vocação. Sorte do profissional que encontrou a ocupação certa que corresponda aos seus interesses e as suas possibilidades. Este profissional tem o prazer de trabalhar, pois cada dia que passa sente-se gratificado e realizado. Quando o profissional trabalha na área ligada à sua vocação está constantemente motivado. O trabalho desempenhado e a vocação são essenciais para que as pessoas tomem iniciativas, para que estejam sempre dispostas, com ânimo e energia, uma vez que esta vontade de ir atrás de trabalho nada mais é de que adequação vocacional.

Competência Profissional: a competência é sinônimo de capacitação profissional. Hoje em dia, o profissional que descuida de sua qualificação e atualização perde a atratividade, torna-se um profissional de segunda, de terceira. O profissional esteja ele empregado ou não, deve ir atrás de informação, ler livros e revistas especializadas nas áreas de seu interesse, frequentar palestras, cursos, seminários e exposições. Precisa ser humilde para aprender também com as pessoas a sua volta, mesmo que não se encaixem ao seu ambiente profissional. Minarelli (2005) diz que ao proceder assim, o profissional torna-se mais preparado podendo descobrir e aplicar soluções. Quando o profissional está adequado aos novos tempos é necessário posicionar-se como um solucionador de problemas à disposição do mercado, porém é necessário que o mercado saiba de sua existência e competência. Hoje o profissional deve ser o seu próprio empresário, além da competência técnica e gerencial, precisa vender seu trabalho o tempo todo. Deve agir como um vendedor.

Idoneidade: o terceiro pilar que sustenta o profissional proporciona segurança e que garante a empregabilidade é a sua idoneidade. O profissional idôneo e honesto, que administra sua vida e seu trabalho dentro dos princípios legais e éticos, terá sempre a

seu favor a consideração, a admiração e a confiança das pessoas. Segundo o mesmo autor o profissional que é competente, que está adequado à sua vocação, sempre encontra trabalho por meio de pessoas que o apresente, dê boas referências e faça boas considerações, pois boas referências decorrem de um trabalho bem feito, e é por meio delas que surgem novos trabalhos.

Saúde Física e Mental: a saúde mental e física merece cuidado permanente, pois valendo-se deles, você age, vive, trabalha. O cuidado com a saúde evita desgastes exagerados, que obriga o profissional a uma reposição ainda maior de energia. Somos submetidos ao desgaste natural do envelhecimento, podendo ser acelerado ou não, dependendo da forma como vivemos. Uma pessoa saudável relaciona-se bem com outras pessoas, transmite uma imagem melhor, interage de maneira favorável, fazendo disso um benefício e uma vantagem para o profissional.

Reserva Financeira e Fontes Alternativas: a perda do emprego significa o fim da entrada de receita, como dito por Minarelli (1995), um hiato no seu orçamento. Diz o autor que quem vive de salário sempre está sujeito a situações difíceis como qualquer outra pessoa. Dentro de uma organização é possível que um profissional se depare com situações com as quais não concorde, pois algo negativo ou alguma hesitação oferecem riscos a sua estabilidade e a sua permanência no emprego. Dessa forma, o profissional deve pensar nisso assim que entrar numa empresa, já que precisa fazer uma reserva que o sustente diante de qualquer contratempo.

Relacionamentos “Quem conhece pessoas adquire informações e quem tem informações tem acesso. Acesso e informações são a garantia de um dialogo mais produtivo e de um provável negócio” (Minarelli 1995, p. 69). Geralmente por não conhecermos o valor dos relacionamentos, deixamos de registrá-los. É necessário que o profissional registre todos os relacionamentos que estabelecer. É importante que as pessoas que nós conhecemos saibam onde estamos. Em termos profissionais é necessário que essas pessoas acompanhem nossa evolução profissional, conheçam nossas realizações.

Diante das afirmações conceituais os cursos profissionalizantes buscam cumprir o papel de formação continuada que proporcione aos egressos a esta modalidade de formação um currículo pleno que envolva todas as características profissionais que o

mercado necessita e exige de um postulante ao um cargo e que garanta a sua empregabilidade.

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA

2.1 Introdução metodológica

Na realização de um trabalho de investigação científica, a importância atribuída à metodologia deriva do fato de que todo e qualquer trabalho de caráter científico necessita confrontar teorias com dados de observação ou de experimentação (Quivy & Campenhoudt, 1992). Através da metodologia, são determinados os métodos, as técnicas e os procedimentos de estudo a serem utilizados pelo pesquisador.

Este capítulo tem a finalidade de mostrar o problema em estudo e o método de pesquisa aplicado. Apresenta-se a estratégia, o delineamento da pesquisa e o instrumento de coleta de dados.

2.2 Caracterização e delineamento da pesquisa

O objetivo fundamental da ciência é chegar à veracidade dos fatos por meio de um método que permita atingir determinado conhecimento. A ciência, desenvolvida por meio da pesquisa, é um conjunto de procedimentos sistemáticos, baseados no raciocínio lógico, com o objetivo de encontrar soluções para os problemas propostos, mediante o emprego de métodos científicos e definição de tipos de pesquisa. (CERVO; BERVIAN, 2002).

A metodologia é o conjunto de procedimentos e regras utilizados por determinado método, e também indica a opção que o pesquisador fez do quadro teórico para determinada situação prática do problema objeto de pesquisa científica (GIL, 1999).

A pesquisa objetiva a produção de novos conhecimentos por meio da utilização de procedimentos científicos. Contribui para o trato dos problemas e processos do dia a dia nas mais diversas atividades humanas, no ambiente do trabalho, nas ações comunitárias, no processo de formação e outros. O conhecimento torna-se uma premissa para o desenvolvimento do ser humano e a pesquisa como a consolidação da ciência. (SILVA, 2008).

Segundo esse mesmo autor:

O pesquisador utiliza conhecimentos teóricos e práticos. É necessário ter habilidades para a utilização de técnicas de análise, entender os métodos científicos e os procedimentos, com o objetivo de encontrar respostas para as perguntas formuladas. (SILVA, 2008).

A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (Gil, 1999) para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos. Método científico é o conjunto de processos ou operações mentais que se devem empregar na investigação. É a linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa. Os métodos que fornecem as bases lógicas à investigação são: dedutivo, indutivo, hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico (GIL, 1999; LAKATOS; MARCONI, 1993).

2.2 Classificação da pesquisa

As pesquisas podem ser classificadas, segundo o ponto de vista de Vergara (1997).

Primeiro quanto aos fins podendo ser:

- exploratória,
- descritiva,
- explicativa,
- metodológica,
- aplicada, e
- intervencionista.

Segundo, quanto aos meios, podendo ser:

- pesquisa de campo,

- de laboratório,
- documental,
- bibliográfica,
- experimental,
- participante,
- pesquisa-ação, e
- estudo de caso.

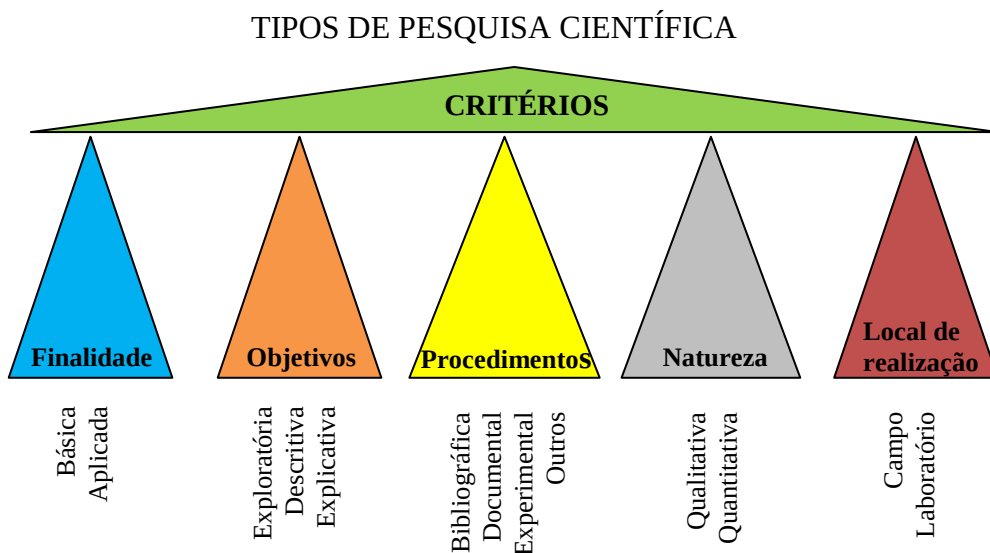
Para Luna Filho (1998), o que faz com que o conhecimento científico seja importante é que ele é, essencialmente, crítico e exige uma constante e ininterrupta comprovação experimental de suas afirmações. Isto o torna, antes de tudo, um conhecimento em permanente construção.

O conhecimento científico, segundo Tognetti (2006), é o resultado da investigação científica, que surge da necessidade de encontrar soluções aos problemas de ordem prática da vida diária e em fornecer explicações sistemáticas capazes de serem testadas e criticadas por meio de provas empíricas e discussões intersubjetivas

Segundo Tognetti (2006), a pesquisa científica apresenta as seguintes subdivisões:

Figura 1 - Tipos de pesquisas científicas.

Fonte: Adaptado de Tognetti (2006).



2.2.1 Natureza da Pesquisa

A proposta metodológica adotada quanto à finalidade neste trabalho é considerada aplicada. De acordo com Gil (2006), objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais. (GIL, 2006). Este tipo de pesquisa visa à aplicação de suas descobertas a um problema. (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Elas são decorrentes da vontade de aprofundar o conhecimento de determinado objeto, ou na expectativa de alterar um modo de fazer algo, ou de fazê-lo de maneira mais eficiente ou eficaz. Gil (1999) complementa que a pesquisa aplicada tem como característica fundamental, o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos.

Para Cervo; Bervian (2002):

São pesquisas que não se excluem, nem se opõem. Ambas são indispensáveis para o progresso das ciências e do homem: uma busca a atualização de conhecimentos para uma nova tomada de posição, enquanto a outra pretende, além disso, transformar em ação concreta os resultados de seu trabalho. (CERVO; BERVIAN, 2002).

2.2.2 Abordagem do Problema

A metodologia empregada neste trabalho, como cita Ferrari (1982), é a da pesquisa qualitativa, que inclui a pesquisa bibliográfica em livros e artigos. O que caracteriza esta pesquisa de acordo com Tognetti (2006).

Na pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados, e o pesquisador é o instrumento-chave. (GIL, 2006). A pesquisa qualitativa utiliza várias técnicas de dados, como a observação participante, história ou relato de vida, entrevista e outros. (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Segundo Collis; Hussey (2005):

Se você estivesse conduzindo um estudo sobre o estresse provocado por trabalho noturno e adotasse o método quantitativo, seria útil coletar dados objetivos e numéricos, tais como taxas de absenteísmo, níveis de produtividade, etc. Todavia, caso adotasse um método qualitativo, você poderia coletar dados subjetivos sobre o estresse enfrentado por trabalhadores noturnos em termos de percepções, saúde, problemas sociais e assim por diante. (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Dessa maneira esta pesquisa trabalhou com dados qualitativos que envolvem a descrição dos locais e fatos envolvidos. A partir daí, surgiram outras questões que levarão a uma compreensão da situação estudada. Esta pesquisa visou buscar subsídios, informações, analisou o processo de formação profissional desenvolvido pelo SENAI no Estado do Pará analisando principalmente a fala dos atores envolvidos na pesquisa e filtrando os seus resultados.

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa classifica-se como exploratória, pois visa a proporcionar maior proximidade com o problema, objetivando torná-lo explícito ou definir hipóteses filtradas das falas dos atores. Procura aprimorar ideias ou descobrir intuições. Possui um planejamento flexível, envolvendo, em geral, levantamento bibliográfico, entrevistas com profissionais que experimentaram o processo de educação profissionalizante e sua inserção no mercado de trabalho.

Assume, geralmente, as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso. Indicada para as fases de revisão da literatura, formulação de problemas, levantamento de hipóteses, identificação e operacionalização das variáveis. (DENCKER, 2000). Esse tipo de pesquisa é voltado a pesquisadores que possuem pouco conhecimento sobre o assunto pesquisado, pois, geralmente, há pouco ou nenhum estudo publicado sobre o tema. (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Mattar, afirma a respeito da pesquisa exploratória que:

A pesquisa exploratória visa a prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso, é apropriada para os primeiros estágios da investigação quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são, geralmente, insuficientes ou inexistentes. (MATTAR, 2005)

Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso. A pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com o propósito de formular problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 1999).

2.2.4 Procedimentos Técnicos

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a coleta de dados dessa pesquisa envolveu pesquisa bibliográfica, documental e outras.

A pesquisa bibliográfica utilizou material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, de informações disponibilizadas na internet. Quase todos os estudos fazem uso do levantamento bibliográfico, e algumas pesquisas são desenvolvidas exclusivamente por fontes bibliográficas.

Sua principal vantagem é possibilitar ao investigador a cobertura de uma gama de acontecimentos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. (GIL, 2006). A técnica bibliográfica visa a encontrar as fontes primárias e secundárias e os materiais científicos e tecnológicos necessários para a realização do trabalho científico ou técnico-científico. (OLIVEIRA, 2002).

Cervo; Bervian (2002), menciona que:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos [...] busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema. [...] constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. (CERVO; BERVIAN, 2002).

A pesquisa bibliográfica deste estudo tem como objetivo obter maior conhecimento referente à atuação de instituições de ensino profissionalizante e como os egressos dos cursos são alocados no mercado de trabalho.

2.3 Procedimentos de coleta de dados

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação de dados, a observação desempenha um papel imprescindível no processo de pesquisa. É, todavia, na coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente. (GIL 1999)

Segundo TOGNETTI (2006), o local de realização da pesquisa é onde acontece o fato, fenômeno ou processo. Os estudos serão feitas através de observação direta, coleta de dados e estudo de caso.

Os dados coletados sobre o caso foram feitos através das entrevistas e análise de documentos que constam anotações acerca das experiências passadas pelos atores que participaram ou participam do Programa de Educação Profissionalizante. O levantamento desses dados será útil quando forem feitas as filtrações para a construção do Discurso Coletivo. Uma das principais limitações no levantamento desses dados é que não se encontra com facilidade pessoas que participaram do programa e que estão espalhados nos mais variados segmentos produtivos e muitos destes nem moram mais no estado.

O estudo de caso envolveu o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a se obter o seu amplo e detalhado conhecimento. (GIL, 2006). O estudo de caso pode abranger análise de exame de registros, observação de acontecimentos, entrevistas estruturadas e não-estruturadas ou qualquer outra técnica de pesquisa. Seu objeto pode ser um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações ou, até mesmo, uma situação. (DENCKER, 2000).

A maior utilidade do estudo de caso é verificada nas pesquisas exploratórias. Por sua flexibilidade, é sugerido nas fases iniciais da pesquisa de temas complexos para a construção de hipóteses ou reformulação do problema. É utilizado nas mais diversas áreas do conhecimento.

A coleta de dados geralmente é feita por mais de um procedimento. Entre os mais usados, estão: a observação, a análise de documentos, a entrevista e a história da vida. (GIL, 2006).

Gil (1999), diz que:

É comum proceder-se a um estudo de caso partindo da leitura de documentos, passando para a observação e a realização de entrevistas e culminando com a obtenção de histórias de vida. Por exemplo, se a unidade pesquisada for constituída por uma igreja evangélica, o pesquisador pode, inicialmente, consultar documentos tais como: livro de atas, avisos, livros de orações, registro de batismos, etc. A seguir, pode observar algumas das sessões do culto e da escola dominical. Pode entrevistar o pastor e alguns dos fiéis e, por fim, selecionar algumas histórias de vida significativas para atingir os objetivos propostos. (GIL, 1999).

2.4 Delineamento da Pesquisa

O delineamento desta pesquisa é composto de quatro passos descritos a seguir:

Passo 1 – Planejamento da pesquisa

O passo inicial de uma investigação científica é através da pesquisa bibliográfica, pois além de dar base através de conhecimentos variáveis a respeito de um determinado assunto, ela auxilia na escolha de um método mais apropriado para fundamentar a sua pesquisa em uma determinada área do conhecimento.

Após a etapa de planejamento da pesquisa e a definição do problema, buscou-se através de uma pesquisa bibliográfica fazer um levantamento das mais diversas referências teóricas das áreas de conhecimentos que tratem de temas relacionados com o tema da pesquisa, como trabalhos de conclusão de curso, artigos científicos, dissertações de mestrado, livros, sites.

O estudo desses textos serviu de base para o referencial teórico durante todo o processo de pesquisa, e com base nesse estudo foram retirados os conceitos fundamentais, as informações acerca do objeto de pesquisa, escolha do instrumento de coleta de dados, o que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho.

Passo 2 – Pesquisa de campo

O segundo passo deste trabalho baseia-se em uma investigação de caráter exploratório. Onde serão feitas perguntas a profissionais que tiveram capacitação

profissional em um dos programas oferecidos pelo SENAI e também serão realizadas uma busca em revistas e livros publicados sobre o assunto nas Federações e Associações de Classe e em anotações e/ou registros que possam contribuir para obter os dados relevantes para a pesquisa, a fim de se compreender e avaliar se os cursos ofertados atenderam as expectativas e cumpriram com a missão para o qual foram planejados.

Passo 3 – Análise e Discussão dos Resultados

Após a fase de coleta de dados, a partir das leituras das entrevistas e da busca de registros publicados, observou-se a falta de dados referentes a determinados cursos o que limitou a pesquisa quanto a quantidade de informações para melhorar a filtragem dos discursos individuais dos atores envolvidos. Mas, o que se tem como registro são suficientes para estruturar os resultados através do método do Discurso do Sujeito Coletivo e analisá-los através de filtragem a partir da ideia central do discurso e de expressões-chaves coletada das falas destes atores. A análise será realizada mediante o tratamento desses dados nas filtrações das falas e descrito na forma de um único discurso referente aquela questão que se quer estudar.

Passo 4 – Conclusões e Proposições para Futuras Pesquisas

Após o tratamento dos dados, serão apresentadas as conclusões, limitações e serão feitas as proposições para futuras pesquisas, baseadas nos objetivos de descrever, discutir e esclarecer todos os pontos chave do objeto da pesquisa e propondo estudos mais exploratórios sobre o assunto.

2.5 Quanto ao método de análise da pesquisa

2.5.1 A estrutura da Coleta de Dados

Toda estruturação de coleta de dados da pesquisa foi devidamente estudada para que se alcançassem os melhores resultados positivos possíveis em função das prováveis dificuldades que se poderia encontrar levando-se em consideração as dimensões geográficas do estado do Pará e dificuldades de deslocamentos para alguns municípios envolvidos no estudo, conforme explicitado no item 3.1 deste capítulo.

Foram construídos roteiros de entrevistas semiestruturados e submetidos ao processo de validação por quatro avaliadores especialistas em metodologia da pesquisa e técnicas educacionais.

Tivemos os cuidados de sempre checar os outros materiais de apoio que seriam fundamentais no processo de coleta dos dados como: minigravadores com pilhas novas, fitas cassetes, blocos de anotações e locais apropriados para as entrevistas individualizadas.

2.5.2 As técnicas de pesquisa

Nessa pesquisa, para obtermos a coleta de dados, utilizamos a técnica de entrevista que seguia um roteiro de perguntas abertas, semiestruturadas de acordo com o instrumento validado por quatro especialistas, conforme enfatizado no subitem 3.5.1 deste capítulo, fundamentado nas análises do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), que trata estrategicamente os procedimentos metodológicos, objetivando que uma dada representação social esteja bastante clara no conjunto das representações que estruturam um dado imaginário.

Levando-se em consideração as formas de análises discursivas torna-se possível visualizarmos com mais eficiência uma representação social, conforme ela surge, não sob uma forma (artificial) de quadros, tabelas ou categorias, mas sob uma forma (mais viva e direta) de um discurso que é, como se evidencia, o modo em que os indivíduos reais, concretos pensam. Foi realizado por um roteiro de entrevistas abertas semiestruturadas e, que nos permite analisar vários discursos transformando-os em discurso único. (LEFÈVRE, 2000, p. 19 – 20).

Foram realizadas entrevistas individuais com os atores sociais envolvidos na pesquisa pelo pesquisador titular e pessoas devidamente treinadas para busca dos dados mais fieis possíveis

Utilizamos como estratégia de captação de informações, revistas, catálogos, relatórios técnicos e outras fontes como mídia e internet.

Os atores sociais selecionados de acordo com o percentual da amostragem eram convidados pelos pesquisadores após contatos prévios para as devidas entrevistas individualizadas em locais que não prejudicassem as informações necessárias. Foram

utilizados minigravadores e blocos de anotações para registros extras. Posteriormente, todas as informações eram cuidadosamente escutadas exaustivamente para serem transcritas e analisadas conforme o DSC.

2.5.3. As formas de construção dos dados

Os dados foram construídos conforme as informações coletadas nas entrevistas com os atores sociais referendados pelo instrumento que foi validado pelos especialistas. Com isso, foram gerados quadros de roteiros de entrevistas, quadros de análises dos discursos e tabelas. Tomaram-se todos os cuidados necessários para que as informações fossem as mais fidedignas possíveis para o tratamento, análise e conclusão dos resultados.

2.5.4 A seleção dos dados

Compreendeu uma seleção cuidadosa e criteriosa em quadros preliminares fundamentados nos roteiros de entrevistas, originando outros quadros de análises segundo o DSC que possibilitaram também a elaboração de tabelas específicas para a análise e discussão dos resultados.

2.5.5 A categorização dos dados

Foi feito o agrupamento dos discursos, condição necessária para produzir conhecimento ou entendimento através da eliminação da variabilidade individual não pertinente do fenômeno pesquisado, é, pois, classificatório. O que passa valer é o nome ou o título da classe, deixando os discursos empíricos de existir justamente na medida em que as categorias, ou seja, o nome das classes passa a existir em seu lugar. Neste caso, a identificação de cada participante da pesquisa foi omitido e utilizou-se apenas as iniciais de cada respondente.

2.5.6 A tabulação dos dados

A busca da palavra-chave e da forma de representar a ideia central de cada discurso, consistiu na escuta de cada entrevista de forma exaustiva para se ter a fidedignidade das respostas das questões abertas da pesquisa e na busca perfeita da

identificação de uma palavra, um conceito ou uma expressão chave que revelasse a essência do sentido da resposta. De posse desta informação, um grupo de ouvintes respaldava a visão geral do pesquisador o que tornava a busca suficientes para organizar as categorias da pesquisa, tornando possível enquadrar os vários depoimentos/discursos nas categorias selecionadas.

2.5.7 A organização e análise dos dados

Os dados foram devidamente organizados em roteiros de entrevistas semiestruturadas conforme os instrumentos de coleta de dados validados pelos especialistas originando quadro de definição da amostra da pesquisa, quadros com ideia central e expressões-chave das falas dos atores sociais da pesquisa, possibilitando a construção do DSC de cada questão do estudo, bem como tabelas sobre o nível de escolaridade, faixa etária e clubes esportivos, que possibilitaram as análises e interpretações dos resultados.

2.5.4.1. O Discurso do Sujeito Coletivo na análise dos sujeitos envolvidos

De acordo com Lefèvre (2000, p.18), já há algum tempo, mesmo dentre os pesquisadores adeptos dos métodos quantitativos, considera-se que a presença numa pesquisa social apenas de questões fechadas limitava muito a expressão do pensamento dos pesquisados. Daí a necessidade sentida por esses pesquisadores da presença de algumas questões abertas, geralmente propostas com o intuito de aprofundar a pesquisa subjacente à escolha por uma das alternativas da resposta.

Portanto, a perspectiva de análise do DSC tem como forma de conhecimento ou redução da variabilidade discursiva empírica, implicar um radical rompimento com esta lógica quantitativo-classificatória, possibilitando o resgate do discurso como signo de conhecimentos dos próprios discursos.

LEFÈVRE (2000, p. 19), cita que com as análises do DSC, os discursos não desaparecem ou diminuem a uma categoria comum unificada, pois, o objetivo principal é uma reconstrução com pedaços de discursos individuais, em analogia um quebra-

cabeças, ou seja, são reunidos vários discursos-síntese quantos se fizerem necessário para representar uma dada “figura” - um modo de pensar ou representação social a respeito de um fenômeno.

Vale salientar, que o DSC é construído tendo como ponto de partida os discursos em estado bruto, que são submetidos a uma análise primária afim de selecionar as principais ancoragens e/ou ideias centrais que constituem cada um dos discursos individuais e em todos eles presentes e, que culmina sob uma forma simplificada, onde se busca a reconstituição da representação social no contexto de um enfoque discursivo. Em síntese, o DSC é como se o discurso de todos fosse o discurso de um.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO SUJEITO COLETIVO

3.1. Filtragem dos Discursos do Sujeito Coletivo

Como descrito anteriormente, a pesquisa se desenvolveu no campo da revisão da bibliografia tendo como método para análise da inserção dos profissionais que passaram pelo aprendizado no SENAI, o método do Discurso do Sujeito Coletivo.

Desta forma, foram coletadas algumas falas de profissionais que passaram pela educação profissional do SENAI, num total de 40 entrevistados e com análise de vinte e nove atores.

Quando questionados qual a sua opinião sobre os cursos apresentados pelo SENAI quanto ao conteúdo oferecido, o resultado é apresentado no quadro 1 abaixo.

Quadro 1 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 01

IDÉIA CENTRAL	EXPRESSÕES – CHAVE
ANTES EU TINHA DIFICULDADE DE COMUNICAÇÃO NO MEU TRABALHO, POIS ACHAVA QUE SEM UMA BOA FORMAÇÃO NÃO TINHA MUITO A COLABORAR	E01 – Não foi fácil, mas realizei o meu sonho com muito esforço e dedicação E01: Operador industrial (JASF)
OS RESULTADOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL FORAM TANTOS QUE NÃO SOU CAPAZ DE RELATÁ-LOS NA SUA TOTALIDADE	E04 - Com o conteúdo ofertado foi possível termos uma formação plena E04: Operador de mina em Canaã dos Carajás (JAF)
AS ATIVIDADES NAS AULAS NOS AJUDARAM A MUDAR MUITO A NOSSA VIDA. MUITA COISA BOA ACONTECEU NA MINHA VIDA.	E06 – O conteúdo nos estimulou a não desistir do curso e a habilidade dos professores foi algo estimulante. E06: Operador de Máquinas (BBM)

Diante das respostas a este questionamento o DSC-01 é descrito após filtragem das falas de todos os respondentes mostradas abaixo.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC-01)

Podemos considerar que nossos comportamentos mudaram depois dos cursos que fizemos, isto nos motivou a buscar novos conhecimentos e de estar sempre buscando o aperfeiçoamento profissional exigido pela empresa. Um bom conteúdo aliado a métodos didáticos eficazes estimulam e nos deixam mais interessados em participar dos cursos.

Quando questionados quanto a aplicação do conteúdo aprendido no seu ambiente de trabalho, o resultado é apresentado no quadro 2, abaixo.

Quadro 2 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 02

IDÉIA CENTRAL	EXPRESSÕES – CHAVE
FIZEMOS DIVERSOS TRABALHOS E PROVAS QUE MUDARAM A NOSSA VIDA.	E02 – Aprendi muiita coisa que não sabia e tudo que aprendi conto para todo mundo. E02: Operador de Usina (EFP)
A VIDA É A ESTRUTURA DE UMA CONSTRUÇÃO, SEM UMA BOA BASE, TEMOS UM PRÉDIO FRÁGIL, COM POUCA RESISTÊNCIA, PODENDO DESMORONAR A QUALQUER MOMENTO	E05 - Trazendo para o nosso cotidiano, é importante refletir e perceber a necessidade que temos de frequentar um centro de educação profissional que são indispensáveis para o nosso futuro. E05: Operador de Máquinas Pesadas (FSS)
MAS, NO MUNDO CONTEMPORÂNEO QUE VIVEMOS, O MERCADO DE TRABALHO ESTÁ MUITO COMPETITIVO; OU TEMOS UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL MELHOR OU SEREMOS EXCLUÍDOS	E08 – Com a formação que tive, agora posso repassar para os meus colegas a importância dos cursos na formação profissional de cada um como diferencial de vida. E08: Operador de Máquinas (HOL)

Diante das respostas a este questionamento o DSC-02 é descrito após filtragem das falas de todos os respondentes mostradas abaixo.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC-02)

Com a formação profissional que tivemos podemos nos tornar um multiplicador dentro do nosso ambiente de trabalho além de estimular e motivar os demais a buscarem também maior qualificação profissional para o bem da empresa e de sua vida profissional.

Quando questionados quanto aos professores do programa, o resultado é apresentado na quadro 3, abaixo.

Quadro 3 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 03

IDÉIA CENTRAL	EXPRESSÕES – CHAVE
OS PROFESSORES SÃO MUITOS BONS E SEMPRE NOS DERAM MUITO INCENTIVO	E03 – Muitas vezes pensei em parar, pois é difícil, eu não tenho tempo para estudar em casa E03: Operador de Mina (ACS)
COM TODA A NOSSA DIFICULDADE, O PROF. FÁBIO TEM MUITA PACIÊNCIA E ESTAMOS AGRADECIDOS POR ELE ESTAR NOS ENSINANDO	E07 – Sinto muito honrado e espero sair da empresa com o diploma na mão. Obrigado pelo conhecimento adquirido e pela responsabilidade e credibilidade que o curso nos garante E07: Gerente de manutenção (PGS)
AGRADEÇO MUITO PELA COMPREENSÃO E PELA BOA VONTADE DAS PROFESSORAS E DIRETORAS.	E09 – Foi por elas que nunca desisti. Quando estava pensando em desistir, elas me davam um empurrãozinho. E09: Serviços Gerais (VDM)

Diante das respostas a este questionamento o DSC-03 é descrito após filtragem das falas de todos os respondentes mostradas abaixo.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC-03)

Com a credibilidade do órgão gestor do curso de Educação Profissional que é o SENAI, com o conteúdo programático adaptável as reais necessidade na formação dos egressos e com o conhecimento e dedicação dos professores, a evasão torna-se inexistente e como consequência temos profissionais capacitados para o mercado e o programa atingindo na sua totalidade a missão para o qual se posiciona no mercado.

Quando questionados quanto a formação educacional profissionalizante, o resultado é apresentado no quadro 4, abaixo.

Quadro 4 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 04

IDÉIA CENTRAL	EXPRESSÕES – CHAVE
É UM DOS PRINCIPAIS AGENTES DA MINHA VIDA PROFISSIONAL. ESTE PROGRAMA ENSINA A MELHOR ME EXPRESSAR E ME EDUCA PARA CONSEGUIR UM BOM EMPREGO	E11 – Depois de tantos anos estou usufruindo de um dos maiores direitos de um cidadão E11: Operador industrial (DAR)
APESAR DE TER VIVIDO DIVERSAS EXPERIÊNCIAS EM MINHAS ANDANÇAS PELO BRASIL, TRABALHANDO EM EMPRESAS DIFERENTES DEPREI-ME COM UMA SITUAÇÃO AINDA NÃO CONHECIDA POR MIM: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	E13 - Faltava uma formação que me garantisse mais sucesso profissional E13: Operador de Transmissão (DAB)

ESTA FORMAÇÃO FOI UMA LUZ NO FIM DO TÚNEL. EU ACORDEI PARA VIDA E DESCOBRI QUE NUNCA É TARDE PARA RECOMEÇAR	E12 – No início, foi difícil. Mas, logo eu abri a mente e tudo mudou. Hoje eu sei que posso ir bem mais longe E06: Operador de Subestação (GLS)
NO DIA A DIA, SENTIMOS NECESSIDADE DE SABER MAIS. SEM CONHECIMENTO É MAIS DIFÍCIL CONSEGUIR EMPREGO	E15 – No mundo contemporâneo que vivemos, o mercado de trabalho está muito competitivo, ou teremos uma formação melhor ou seremos excluídos E15: Operador de Máquinas (HOL)

Diante das respostas a este questionamento o DSC-04 é descrito após filtragem das falas de todos os respondentes mostradas abaixo.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC-04)

Como toda mudança de cultura, percebe-se que a dificuldade é o grande desafio para o crescimento profissional, porém apesar do começo ser algo cansativo e desmotivante todos conseguiram enxergar a importância da qualificação profissional e perceberam o quanto eles tiveram vantagem com a continuidade nos cursos, haja visto a competitividade do mercado em que atuam.

Quando questionados quanto a oportunidade de emprego, o resultado é apresentado no quadro 5 abaixo.

Quadro 5 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 05

IDÉIA CENTRAL	EXPRESSÕES – CHAVE
QUANDO CONSEGUI MEU PRIMEIRO EMPREGO, FUI COBRADO PELA FALTA DE QUALIFICAÇÃO.	E18 – Fiquei com esta mágoa no coração, muito arrependido E18: Operador de Usina (JGS)
A META DE TODOS NÓS É SER UMA PESSOA SÁBIA E INFORMADA PARA QUE POSSAMOS ALCANÇAR OS OBJETIVOS. HOJE PRECISAMOS DE ESTUDO PARA TUDO QUE FAZEMOS.	E20 - Agora, não vou deixar essa chance escapar, vou continuar fazendo cursos e me capacitar profissionalmente. E20: Operador Industrial (MCA)
COM ESTA FORMAÇÃO ME SENTI MAIS CAPACITADO PARA TRATAR DE NEGÓCIOS	E16 – Pretendo prosseguir me capacitando para melhorar meu padrão de vida. E16: Gerente Operacional (MSF)

Diante das respostas a este questionamento o DSC-05 é descrito após filtragem das falas de todos os respondentes mostradas abaixo.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC-05)

Com a formação profissional que tivemos várias deficiências profissionais que tínhamos foram solucionados o que nos possibilitou permanecer no mercado de trabalho e nos manter ligados na formação continuada.

Quando questionados quanto ao nível de aprendizado nos cursos, o resultado é apresentado no quadro 6, abaixo.

Quadro 6 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 06

IDÉIA CENTRAL	EXPRESSÕES – CHAVE
A MINHA VIDA MELHOROU MUITO, PORQUE CONSEGUI CONHECER NOVAS PESSOAS E APRENDI COISAS NOVAS	E14 – E ainda quero aprender mais E14: Operador de Veículos Pesados (RGM)
ESTE CURSO VEIO COMO UM PRESENTE, POIS ESTOU TENDO UMA NOVA CHANCE NA MINHA VIDA. PAREI PORQUE NÃO ACHAVA TÃO IMPORTANTE. ENGANO MEU.	E21 – Hoje percebo o quanto a capacitação é peça fundamental em nossa vida. Agora vejo novos horizontes. E21: Gerente de manutenção (ACES)
ESTA FORMAÇÃO ESTÁ SENDO MUITO IMPORTANTE PARA MIM. HOJE EU VEJO AS COISAS COM OUTRO OLHAR, TANTO EM CASA COMO NA EMPRESA EM QUE TRABALHO.	E17 – Enfim, o estudo trouxe conhecimento e desenvolvimento para a minha vida E17: Operador de Máquinas Pesadas (CPS)
MINHA VIDA MELHOROU MUITO QUANDO VOLTEI A ESTUDAR. APESAR DAS DIFICULDADES DE TRABALHAR E ESTUDAR E FICAR LONGE DA FAMÍLIA, ESTOU FELIZ E NÃO PRETENDO PARA DE ESTUDAR.	E19 – Aprendi coisas muito importante para minha vida. O curso me ajudou a ser um novo homem, com novos valores e mais rico em sabedoria. E19: Operador de Máquinas Pesadas (FCB)

Diante das respostas a este questionamento o DSC-06 é descrito após filtragem das falas de todos os respondentes mostradas abaixo.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC-06)

Com o elevado nível apresentado pelos professores do curso, o nosso aprendizado foi altamente satisfatório o que nos estimula a continuar procurando por mais qualificação para nos tornarmos competitivos no mercado em que atuamos.

Quando questionados sobre a entrada no mercado de trabalho, o resultado é apresentado no quadro 7, abaixo.

Quadro 7 – Análise do Discurso do Sujeito Coletivo 07

IDÉIA CENTRAL	EXPRESSÕES – CHAVE
SEM CONHECIMENTO, NO MUNDO EM QUE VIVEMOS. NÃO É POSSÍVEL ENTRAR NO MERCADO DE TRABALHO SEM A CAPACITAÇÃO EXIGIDA.	E22 – Com certeza o conhecimento adquirido contribuirá para que meu futuro seja bem melhor E22: Gerente Operacional (VSMS)
O ESTUDO É IMPORTANTE TANTO NA VIDA PESSOAL COMO NA PROFISSIONAL.	E23 - Assim eu posso escolher uma profissão e programar meu futuro E23: Gerente de Manutenção (BFM)
TRAZENDO PARA O NOSSO COTIDIANO, É IMPORTANTE REFLETIR E PERCEBER A NECESSIDADE QUE TEMOS DE FREQUENTAR UM CENTRO DE FORMAÇÃO PARA OBTER INFORMAÇÕES QUE, BASICAMENTE, SÃO INDISCUTÍVEIS E FUNDAMENTAIS PARA O NOSSO FUTURO.	E24 –Já enfrentamos muitas dificuldades na vida, sofremos concorrência cada vez maior no mercado de trabalho E24: Operador de Máquinas Pesadas (FSS)

Diante das respostas a este questionamento o DSC-07 é descrito após filtragem das falas de todos os respondentes mostradas abaixo.

Discurso do Sujeito Coletivo (DSC-07)

Na visão de todos os entrevistados ficou claro que a formação continuada é o pilar de sustentação para empregabilidade e somente com conhecimento é que se conquista seu espaço no mercado contemporâneo.

3.2 Análise das Filtragens do DSC

De acordo com os Discursos do Sujeitos Coletivos apresentados e analisados neste trabalho, observa-se que tanto as Confederações Patronais como o SENAI quanto os Governos através do PRONATEC procuram formar e capacitar mão de obra para o setor industrial no estado do Pará através de formação continuada, ofertando cursos de

curta e longa duração conforme exigência legal para formação e capacitação profissional.

Observa-se ainda que tanto o SENAI quanto os programas do governo buscam atender a legislação quanto a carga horária e conteúdo aplicado aos cursos e a qualificação do corpo docente é de suma importância para a formação dos egressos aos cursos. Relato este deixado no DSC 03 pelo Emissor E 09 que diz: “Foi por elas que nunca desisti. Quando estava pensando em desistir, elas me davam um empurrãozinho”.

O DSC 05 mostra o nível de aprendizado que os alunos tiveram nos cursos em que participaram, uma vez que enfatizam que a formação dos mesmos, proporcionou a eles tratarem algumas deficiências profissionais que possuíam. Desta forma, os participantes conseguiram manter os seus empregos, agora com maior poder de ganho uma vez que os mesmos tornaram-se multiplicadores dentro do ambiente de trabalho.

É possível observar nos discursos apresentados pelos atores envolvidos no processo de coleta de dados que o nível de aprendizagem é altamente satisfatório, elevando desta forma a credibilidade dos cursos profissionalizantes. Isto é notório no DSC 06 onde a expressão-chave é a palavra “satisfatório” caracterizando um nível excelente dos cursos.

Após análise dos respondentes, observa-se uma grande satisfação por parte dos egressos destes programas, uma vez que a fala dentro do discurso coletivo revela que na grande maioria dos casos a palavra chave para o sucesso do programa é “Conhecimento”, ou seja, uma grande parte dos alunos do programa relata que o curso oportunizou aos mesmos, aumento do conhecimento em diversas áreas o que os capacita para serem multiplicadores dentro das organizações em que trabalham.

Deve-se ressaltar que o desempenho do corpo docente também foi enfatizado, uma vez que devido o grau de dificuldade encontrado para compatibilizar o tempo de trabalho com o de estudo é um fator desmotivador para alguns alunos e a participação efetiva dos docentes do curso neste processo os fez vencer esta barreira.

Quanto ao ingresso destes profissionais no mercado de trabalho, não foi possível destacar como estes entraram na empresa, uma vez que, todos os participantes do

processo de pesquisa já atuavam em suas empresas e os cursos vieram apenas complementar e melhorar o desempenho destes no ambiente em que atuam. Contudo, vale salientar que muitos relataram experiências vividas, quando no início de suas carreiras profissionais serem exigidos alguns conhecimentos que não possuíam. Este fato é relatado pelo Emissor E18 onde diz “Fiquei com esta mágoa no coração, muito arrependido” no DSC 05.

O Emissor E24 no DSC 07, também enfatiza a necessidade da formação complementar e continuada exigida pelo mercado quando diz “Já enfrentamos muitas dificuldades na vida, sofremos concorrência cada vez maior no mercado de trabalho”.

Discursos ligados a formação continuada é observado no DSC 06 e no DSC 07 mostrando que estes programas devem continuar a atuar em todo os setores produtivos inclusive no setor de prestação de serviços, setor comercial, turismo, entre outros.

Outro aspecto observado nos discursos diz respeito a socialização do conhecimento dentro da empresa onde os alunos atuam. Fato este relatado pelos Emissores E02 e E08. Ambos enfatizam a vontade e necessidade de repassar seus conhecimento para os que não participaram dos cursos. Fato descrito no DSC 02.

Outro fato observado e que deve ser bastante considerado é que os participantes dos cursos atuam quase que no mesmo segmento que é a indústria pesada, basta observar a formação dos Emissores nos vários DSC's analisados.

Talvez, por uma exigência da LDB quanto a formação de mão de obra técnica oriundas dos cursos profissionalizantes, do setor industrial no Estado do Pará o qual é fortalecido pela exploração de minério, isto seja o fator que impulsiona os egressos advindos deste tipo de programa de formação profissional técnica para essa atividade como apresenta o SENAI e o PRONATEC.

CAPÍTULO 4 - CONCLUSÃO

4.1 Conclusão

Como podemos observar com a aplicação do método DSC é possível perceber a abrangência do programa de Educação Profissional do SENAI e o quanto este contribui para o engrandecimento do polo industrial no Estado do Pará.

Da mesma forma, percebe-se que o referido Programa de Educação Profissional do SENAI atua de forma plena na formação de seus egressos transformando sobremaneira o comportamento dos mesmos, como se pode observar no DSC 01 e DSC 02 quando são comentados a mudança de atitude dos entrevistados, quando falam da mudança de comportamento e da possibilidade de virem a se tornar um multiplicador dentro da organização.

As demais falas apontam para o mesmo caminho. Muitos apontam para esta possibilidade de tornarem-se motivadores e multiplicadores oportunizando a outros atores a possibilidade de crescimento profissional através do programa de Educação Profissional que o SENAI oferece para o setor industrial.

Com o conteúdo apresentado nos cursos profissionalizantes e diante do nível de aprendizado dos atores que participaram desta pesquisa, alguns princípios conceituais de empregabilidade são visíveis no discurso do sujeito coletivo. Termos utilizados como: mudança de comportamento, cultura, atitude, novos conhecimentos entre outros. Como pode ser corroborado pela revisão da literatura, é possível que após a conclusão dos cursos em que os atores participaram e atingiram os objetivos organizacionais com

esta nova formação os mesmos firmaram suas permanências na empresa bem como alguns galgaram cargos mais elevados no setor em que atuavam.

Como pode-se observar neste trabalho, a formação profissional remonta de séculos e até os dias atuais ainda é uma preocupação tanto dos Governos quanto das empresas privadas. Neste sentido é visível a presença dos órgãos vinculados às Confederações Nacionais como o SENAI objeto deste estudo, na formação e qualificação de mão de obra para sustentar o crescimento do parque industrial no Estado do Pará.

Através do método de pesquisa e do Discurso do Sujeito Coletivo foi possível atingir ao objetivo traçado para esta pesquisa, assim como os objetivos específicos foram todos observados no decorrer das análises das falas nos DSC's.

com os docentes e gestores dos cursos. Como conclusão final desta pesquisa pode-se perceber, através da literatura estudada e dos discursos coletados dos egressos dos cursos ofertados pelo SENAI, que existe uma atuação marcante desse órgão patronal e que o mesmo contribui grandemente para a qualificação e formação continuada de trabalhadores, fortalecendo sobremaneira o crescimento socioeconômico do setor produtivo no Estado do Pará.

4.2. Recomendações para Trabalhos Futuros

Como recomendações para trabalhos futuros são formalizados alguns questionamentos que podem gerar pesquisa ainda mais completa com dados recentes através de aplicação de questionários com perguntas semiestruturadas, tais como:

- ✓ O que os Programas de Educação Profissional podem trazer de benefício na garantia do emprego dos egressos?
- ✓ Como o governo avalia a qualidade dos programas quando estes são ligados a prestação de serviço?
- ✓ Como a Indústria no Estado do Pará avalia os egressos destes programas na sua linha produtiva?
- ✓ Qual o custo na formação destes alunos da Educação Profissional e como medir a relação custo/benefício para o setor produtivo?

REFERÊNCIAS

- _____. **Decreto nº 4127 de 25 de fevereiro de 1947.** Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal. Acesso em: 25 de mai. 2014.
- _____. **Decreto nº 5154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9394/96. Senado Federal. Subsecretaria de Informações. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 28 mar. 2005.
- _____. Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937 - Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Artigo 37, Parágrafo Único. In: www2.camara.leg.br/.../lei/.../lei-378-13-janeiro-1937-398059-norma-pl... Acesso em: 25 de mai. 2014.
- _____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional in: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 de mai. 2014
- _____. MEC. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.** 2010. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em: 01 out. 2011.
- _____. MEC. PRONATEC. Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. **Lei nº 12.513 de 26/10/2011.** Institui o PRONATEC. Disponível em: <http://pronatecportal.mec.gov.br/arquivos/lei_12513.pdf >. Acesso em: 13 fev. 2012.
- _____. MEC. PRONATEC. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.** 2012. Disponível em: <<http://pronatecportal.mec.gov.br/objetivos.html>>. Acesso em: 13 fev. 2012.
- _____. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica,** in: www.oei.es/pdf2/historico_educacao_profissional.pdf, 2010. Acesso: em: 25 de mai de 2014
- _____. Serviço Nacional da Indústria – SENAI. **Relatório Técnico.** in: <http://www.senaipa.org.br/educacao-profissional/aprendizagem-indutrial.html>

- ARAÚJO, C. F., SANTOS, R. A. **A Educação Profissionais de nível médio e os fatores internos/externos às Instituições que causam a evasão escolar**. The 4th International Congress on University-Industry Cooperation – Taubate, SP – Brazil – December 5th through 7th, 2012
- ALONSO, Myrtes. 1976. O papel do diretor na administração escolar. São Paulo: DIFEL/EDUC.
- ARAÚJO, Ducilene de C. 2004. *Gestão da escola pública: análise da prática do*
- BORDIGNON, G. e GRACINDO, R.V. A nova LDB e a política de formação de professores: um passo à frente e dois atrás... In: FERREIRA, N. S. C. e AGUIAR, M. da
- CAMPOS, A. F. de; MAXIMO, A. O drama da Educação Profissional em Mato Grosso: 1995-2002. – Brasília, Líber Livro Editora, 2006.
- CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CIAVATTA, M. A Formação Integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepção e contradições**. Cortez: São Paulo, 2005. p. 83-105.
- COSTA-MACIEL, Debora Amorim G. **Oralidade e Ensino: Saberes necessários a prática docente**. Recife: EDUPE, 2014.
- COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- compromissos*. SP: Cortez, 2000.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 4. ed. São Paulo: Futura, 2000.
- diretor em uma instituição do ensino público estadual de Manaus*. Dissertação de Mestrado (Educação). Manaus: UFAM.
- FERRARI, A. T. **Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1982.
- FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.
- FORTUNA, Maria L. A. 1997. A democratização da gestão na escola pública: uma possibilidade de reflexão sobre seus condicionantes subjetivos. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo: USP.
- FRANÇA, Robson L. 1997. Clima Organizacional Escolar e a influência nas relações entre professores e administradores. Dissertação de Mestrado (Educação). Uberlândia: UFU.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa. 43º ed. São Paulo: Paz e Terra 2011.
- FREITAS, A. **A formação de professores para a educação profissional técnica de nível médio: a experiência do Centro Paula Souza**. 2010. 147 f. il. Dissertação

(Mestrado em Tecnologia) – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, São Paulo, 2010.

- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 2001.
- GASPAR, Selma D. 2004. A autonomia da escola pública um processo em construção. Dissertação de Mestrado (Educação). São Paulo: Unicidade.
- GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.
- GOMES, Francisco C. 2004. *O perfil dos diretores da Escola Fundamental e seus estilos de gestão. Um estudo a partir do Saeb 2001*. Dissertação de Mestrado (Educação). Rio de Janeiro: PUC-RJ.hos/GT09/GT09-42%20int.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2011. 13
- JOFIL, Zelia e SILVA, Maria de Fatima Gomes, **Paulo Freire: Diálogos e práticas educativas**. Recife: Bagaço, 2012.
- KUENZER, A.Z. **A Reforma do Ensino Técnico no Brasil**. In: FERRETTI, C. J.; INEP, 1991.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1993.
- LEFÈVRE, F. & LEFÈVRE, A. M. (2005). Depoimentos e discursos: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: Liber Livros Editora.
- LEFÈVRE, F. (2003). Discurso do Sujeito Coletivo: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul – RS: EDUCS.
- LEFEVRE, Fernando...[at al.], (Org). **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: Educ, 2000, p. 11 – 133.
- LIMA, Eriselton S. 2004. *Gestor escolar: formação específica faz diferença na atuação? Um estudo no Distrito Federal*. Dissertação de Mestrado (Educação). Brasília: UCB.
- LIMA, M. Perspectivas e riscos da Educação Profissional do Governo Dilma: Educação Profissional Local e antecipação ao Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (PRONATEC). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED, 34., 2011, Natal. **Anais...** Natal, 2011. p. 1-16 Disponível em: <<http://www.anped.org.br/app/webroot/34reuniao/images/trabal>
- LUNA Fº, B. *Arquivo Brasileiro de Cardiologia*, v.71, n.6, p.735-740. São Paulo, 1998.
- MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.
- MASSCHELEN, Jan; SIMONS, Maarten. **Em defesa da escola: uma questão pública**. Belo horizonte: Autentica, 2013
- MATTAR, Fauze Najeb. **Pesquisa de marketing: metodologia, planejamento**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

- MINARELLI, J. A. Empregabilidade, como ter trabalho e remuneração sempre. São Paulo: Gente, 1995.
- NERI, A. A. A gestão do RH por competência e a empregabilidade. São Paulo: Papirus, 2001
- NICOLIELO, Bruna. A vez do Estado: 5 coisas que você provavelmente não sabia sobre a Educação brasileira no século XVIII.
- OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Metodologia científica aplicada ao direito**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- PINTO, Celeida B. Garcia Cintra. O processo de construção do conhecimento na quinta série do Ensino Fundamental: as inter-relações afetivo-cognitivas professor-aluno e as implicações para a gestão escolar. Dissertação de Mestrado em Educação. UCB Brasília: 2001.
- RODRIGUES, L.A.R e SILVA Maria de Fatima Gomes. Linguagens e Educação: possíveis interseções. Recife: EDUPE, 2013.
- RODRIGUES, L.A.R. Políticas de gestão escolar: uma análise do PDE a região da Mata Norte de Pernambuco (1999-2007). Recife: Edupe, 2013.
- ROJO, Roxane Helena R; MOURA Eduardo (Orgs). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editoria, 2012. 264P.
- ROMANELLI, O. O. de. **História da Educação no Brasil (1930/1973). 15ª ed. Petropolis Vozes. 1993.**
- S. (Orgs.) *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. SP: Cortez, 2000.
- S. C. e AGUIAR, M.A. da S. (Orgs.) *Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e*
- SABOYA, Maria C. L. 2004. *Direção Escolar: na interface do masculino e feminino. Um estudo de gênero sobre diretores de escolas e suas representações sobre seu trabalho*. Dissertação de mestrado (Educação). São Paulo: USP.
- SCHAIBLICH, Silon. 2002. A participação da comunidade escolar na gestão: realidades e desafios. Dissertação de Mestrado (Educação). Brasília: UnB.
- SILVA, Luís G. A. 2004. As mudanças na gestão e organização da escola: a lógica gerencial e a participação como estratégia de reforma. Dissertação de Mestrado (Educação). Goiania: UFGO.
- SILVA, Maria de Fatima Gomes: *Formação de professores e interdisciplinaridade*, in: **Para uma resignificação da interdisciplinaridade na gestão de currículos em Portugal e no Brasil**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian – Fundação para a Ciência e tecnologia, 2009 (cap 3 – Disponível na biblioteca do Campus Mata norte e na Secretaria do Mestrado Profissional em Educação para fotocopiar)
- SILVA, Renata. **Apostila de metodologia científica**. Brusque: ASSEVIM – Associação Educacional do Vale do Itajaí-Mirim, fev. 2008. (mimeo)
- SOUZA, A. R. Perfil da Gestão Escolar no Brasil. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

Antonio Djalma Sousa Vasconcelos - Análise do Ensino Profissionalizante no Estado do Pará: um estudo socioeconômico da relação grau de ensino e empregabilidade

TOGNETTI, M.A.R. **Metodologia da pesquisa científica**. Serviço de biblioteca e informação do Instituto de Física de São Carlos, IFSC-SBI, São Paulo, 2006.

VIEIRA, S.L. Escola – função social, gestão e política educacional. In: FERREIRA, N.

